

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALICIA CIMA RODRIGUEZ

**"NA ENCRUZILHADA DO MERCADO: SAGRADO E MEMÓRIA NO MERCADO
PÚBLICO DE PORTO ALEGRE"**

Porto Alegre
2023

ALICIA CIMA RODRIGUEZ

"NA ENCRUZILHADA DO MERCADO: SAGRADO E MEMÓRIA NO MERCADO
PÚBLICO DE PORTO ALEGRE"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof.º Dr.º Vitor Queiroz

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Rodriguez, Alicia Cima

"NA ENCRUZILHADA DO MERCADO: SAGRADO E MEMÓRIA NO MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE" / Alicia Cima Rodriguez. -- 2023.

76 f.

Orientador: Vitor Queiroz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Mercado Público. 2. Sagrado. 3. Memória. 4. Encruzilhada. 5. Bará. I. Queiroz, Vitor, orient. II. Título.

*A encruzilhada é a boca do mundo,
é saber praticado nas margens por inúmeros seres
que fazem tecnologias e poéticas
de espantar a escassez abrindo caminhos.
Exu, como dono da encruzilhada,
é um primado ético que diz
acerca de tudo que existe e pode vir a ser.
(Luiz Rufino)*

AGRADECIMENTOS

Esta monografia é o resultado de muitas trocas, circularidades e presenças. Este TCC começou a ser tecido muito antes de ser efetivamente estruturado e carrega na bagagem muitas memórias.

Agradeço a todas as professoras, servidoras e colegas que participaram da minha trajetória na Universidade, defensoras de uma educação pública e de qualidade. Especialmente Fabiene Gama e José Carlos dos Anjos cujas aulas foram importantíssimas para minha formação. Também ao Daniel Vasques, professor orientador da minha primeira bolsa de iniciação científica na Universidade, que me acompanhou, apoiou e incentivou durante dois anos da graduação. Agradeço também ao Vítor Queiroz, professor orientador deste trabalho, que embarcou nesta jornada compartilhando comigo seu tempo e conhecimento.

Agradeço à minha família, ao meu pai e ao meu irmão e, especialmente, à minha mãe que nunca mediu esforços para que eu tivesse acesso à educação de qualidade e quem me apoia diariamente nas minhas escolhas e trajetórias de vida.

Agradeço as minha amigas e amigos, minha outra família. Sou muito grata a Gi, minha amiga, companheira de casa e de aventuras, por todo apoio nas melhores e nas piores, essa amizade foi construída no IF e espero que se espalhe pela vida toda. Agradeço ao Math, joinha rara, o homem mais sensível deste mundo com quem eu tenho o prazer de conviver e aprender. Agradeço à Pam por todo o carinho e presença, pelas trocas afetuosas, especialmente àquelas que viraram rotina depois da feira. Agradeço à Carolzinha, amiga carinhosa, pela escuta atenta e por todos os tipos de incentivos. Agradeço a minha namorada Kayla, paixão cultivada no meio do furacão do TCC, que compartilha comigo as delícias de amar e mistérios do *orum, okan mi*. Agradeço à Dona Vera e Dona Janaína, mães dos meus melhores amigos, que estendem a mim afeto e acolhimento. Também sou grata ao Lui, meu psicólogo, que sempre acreditou em mim.

Agradeço a todos que povoam o Mercado Público e que de muitas maneiras constroem aquele espaço: ao Bará saúdo com muito axé, *alupô*; também agradeço à Sílvia, Iara e Iyá Vera por compartilharem comigo seu tempo e suas sábias palavras.

RESUMO

O Mercado Público é um dos locais mais importantes da cidade de Porto Alegre, localizado na área central, possui quatro entradas principais e os corredores se cruzam formando uma encruzilhada. No centro do local, segundo tradições do Batuque Gaúcho, foi assentada uma divindade Yorubá: o Bará do Mercado, orixá que recebe oferendas e saudações diariamente naquele espaço. Neste sentido, a pergunta que acompanhou esta pesquisa foi: como o sagrado se manifesta no cotidiano do Mercado Público de Porto Alegre? Este trabalho teve como objetivo analisar como as dimensões da memória e do sagrado se manifestam e se relacionam cotidianamente no Mercado Público. Foi realizada uma etnografia durante seis meses, o trabalho de campo possibilitou a escrita de diários e também foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Foi possível identificar e analisar que o sagrado manifesta-se de forma alargada, na encruzilhada, nas paredes, nas folhas, nos produtos, nos alimentos e ele é feito através de rituais, encontros e celebrações que suscitam a memória coletiva negra que (re)territorializa o lugar.

Palavras-chave: Mercado Público; Sagrado; Memória, Encruzilhada; Bará.

RESUMEN

El Mercado Público es uno de los lugares más importantes de la ciudad de Porto Alegre, ubicado en la zona central, tiene cuatro accesos principales y los corredores se cruzan formando un cruce de caminos. En el centro del lugar, según las tradiciones del Batuque Gaucho, estaba sentada una deidad yoruba: el Bará do Mercado, un orixá que recibe ofrendas y saludos diariamente en ese espacio. En ese sentido, la pregunta que acompañó esta investigación fue: ¿cómo se manifiesta lo sagrado en el cotidiano del Mercado Público de Porto Alegre? Este trabajo tuvo como objetivo analizar cómo las dimensiones de la memoria y lo sagrado se manifiestan y relacionan cotidianamente en el Mercado Público. Se realizó una etnografía durante seis meses, el trabajo de campo permitió la redacción de diarios y también se realizaron entrevistas semiestructuradas. Se pudo identificar y analizar que lo sagrado se manifiesta de manera más amplia, en los cruces de caminos, en los muros, en las hojas, en los productos, en los alimentos y se rehace a través de rituales, encuentros y celebraciones que levantan el negro memoria colectiva que (re)territorializa el lugar.

Palabras llave: Mercado Público; Sagrado; Memoria, Encrucijada; Bara.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. OS MERCADOS.....	18
1.2 Dentro-Fora-Fora-Dentro.....	22
2. AQUILO ALÍ É NOSSO ESPAÇO: O COTIDIANO NA ENCRUZILHADA.....	31
2.2 Sílvia de Iemanjá.....	34
2.3 Dona Iara: única permissionária negra do Mercado.....	39
2.4 Bate folhas do Mercado.....	42
2.5 O ritual e as mulheres.....	48
3. ALIMENTOS E FOLHAS SAGRADAS: O COMÉRCIO AFRO-RELIGIOSO NO MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS: CATANDO FOLHAS NO MERCADO.....	64
REFERÊNCIAS.....	68
Sites consultados.....	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bancas centrais do Mercado destruídas após o incêndio de 1912.	11
Figura 2: Mercado Público incendiado em 2013.	12
Figura 3: Mãe Norinha de Oxalá saudando o Orixá Bará.	13
Figura 4: Mapa da Antiga Porto Alegre, à esquerda o Largo da Quitanda e à direita o 1º Mercado e 2º Mercado.	21
Figura 5: Quitandeiras nas ruas de Porto Alegre (1901).	22
Figura 6: Mercado Público visto das águas, arborizado no centro.	24
Figura 7: Planta baixa do primeiro andar do Mercado Público.	25
Figura 8: Banca 26 após a reforma em março de 2023.	28
Figura 9: Homem vendendo chás em frente ao Mercado	29
Figura 10: Ervas expostas no sobre lona azul.	29
Figura 11: Comércio de flores no Largo do Mercado.	31
Figura 12: A encruzilhada, balas de mel e as pessoas.	32
Figura 13: Pipocas, moedas, balas, fitas e palavras sobre a encruzilhada.	33
Figura 14: Silva de Iemanjá reverência Bará.	36
Figura 15: Sílvia de Iemanjá sentada na porta do Mercado.	37
Figura 16: Iara e associados da FNG em frente à sorveteria.	41
Figura 17: Iara na inauguração da nova loja da sorveteria Beijo Frio, no segundo andar do Mercado.	43
Figura 18: Os orixás e a encruzilhada nos últimos dias do ano de 2022.	44
Figura 19: O bate folhas da Virada.	46
Figura 20: Bate folhas e a roda de mulheres, à esquerda Iyalorixá Vera Soares e à direita sua filha.	52
Figura 21: Plantas à venda no mercado.	55
Figura 22: Plantas expostas em prateleiras.	55
Figura 23: De dentro de uma flora do Mercado.	61
Figura 24: Santa Bárbara e a encruzilhada.	62

INTRODUÇÃO

O Mercado Público de Porto Alegre está entrelaçado com diversas memórias da minha infância. Minha mãe e meu pai trabalhavam no ramo da alimentação, faziam tortas, salgadinhos e docinhos para festas, no começo faziam tudo na cozinha de casa mesmo, aos poucos foram transferindo o comércio para uma singela loja em um centro comercial na zona sul de Porto Alegre. Apesar de morarem e trabalharem longe do centro da cidade, ir ao mercado público era algo muito corriqueiro. Íamos lá para comprar embalagens descartáveis como caixas de papelão, formas de plástico e forminhas de papel que eram utilizadas para acomodar os quitutes. Eles já tinham as suas lojas favoritas, eram amigos dos vendedores e ganhavam descontos por conta da fidelidade, muitos também me conheciam, brincavam comigo. Grande parte das lojas de embalagens possuem entradas independentes, ou seja, não é necessário passar pelo meio do mercado para acessá-las, sendo assim, tinha dias que íamos no mercado mas não passávamos pelo centro dele. Enquanto criança, eu associava o Mercado Público às trocas comerciais, especialmente de alimentos ou de itens relacionados à alimentação, havia itens que só podiam ser adquiridos lá, era um local indispensável na dinâmica da minha família e aos poucos fui percebendo a importância do local para a cidade e para o estado como um todo.

Em memórias um pouco mais recentes, eu já era adolescente e auxiliava a minha mãe na feitura das encomendas, principalmente nos fins de semana ou datas comemorativas quando o número de pedidos aumentavam. Em algumas vezes, eu ficava encarregada de ir até o Mercado Público para fazer as compras, lembro-me que depois de realizar as compras era preciso subir a avenida Borges de Medeiros, com grandes sacolas preenchidas de caixas de papelão, para pegar o ônibus lá em cima rumo à zona sul. Minha mãe, depois de muitos anos de experiência, conseguia fazer esses malabarismos de caminhar pelo centro da cidade, no verão com sensação térmica de mais de 30°, e depois pegar o ônibus lotado no final da tarde com mais que o dobro de caixas que eu.

Enfim, lembro-me bem também quando virou “moda” a decoração dos bolos de festa com papéis arroz: um papel comestível feito a base de arroz onde imprimia-se com tinta alimentícia a imagem desejada. Era realmente incrível essa novidade, minha mãe espalhava merengue em cima da última camada de pão de ló, que sobrepunha outras camadas de recheio e bolo, encaixava o papel em cima da torta e o merengue agia como uma cola. Depois de colocar o papel, minha mãe fazia decorações com o merengue para enfeitar o bolo e preencher os espaços que a imagem não cobria e, para finalizar, ela passava glucose, um líquido transparente e espesso que era utilizado para dar um efeito brilhoso na imagem. Os temas impressos no papel arroz eram diversos, personagens de

desenhos, times de futebol, papéis personalizados com a impressão da foto da aniversariante ou até a imagem dos orixás. As divindades começaram a estar presentes nos bolos que minha mãe fazia, Ogum foi um dos primeiros. Íamos às lojas de artigos de festa e procurávamos em uma pilha de papéis de arroz a imagem do orixá, não encontrando nas lojas mais próximas à confeitaria, não tinha para onde correr senão para o Mercado Público.

No começo essa solicitação de encomenda de bolos para os orixás me causava estranheza, não entendia o que aquelas imagens representavam e não tinha ideia de como a festa para eles acontecia. Nascida em uma família católica, me era muito mais familiar participar da feitura de quitutes para o chá em comemoração à Nossa Senhora Aparecida, que ocorre em outubro, e que sempre garantia uma grande encomenda para esse mês. Aos poucos fui aprendendo que, além do papel, Ogum também demandava o merengue verde e vermelho e que a maior parte das encomendas para esse santo ocorriam em abril.

Mais recentemente, comecei a vivenciar o Mercado Público de outras formas, eu ia ao local em busca especialmente de grãos, sementes, cereais que lá eu conseguia comprar a granel e pagar um preço bem menor comparado às redes de supermercados. Contudo, minha relação com o Mercado deu uma reviravolta quando entrei na universidade, certo dia, ainda no primeiro semestre do curso de Ciências Sociais, depois de uma aula de antropologia, fui até o mercado com o intuito de realizar uma observação antropológica sugerida pela professora Maria Eunice Maciel. Era dia 29 de junho de 2018, um dia chuvoso e frio, segue abaixo partes dos meus relatos acerca daquele dia:

“Chegando no Mercado Público me deparei com uma imagem suspensa, rodeada por tecidos vermelhos, fui me aproximando e nela estava escrito: BARÁ LANA. Em volta, no miolo do mercado, umas cinquenta pessoas celebravam aquela figura religiosa, em meio as outras dezenas de pessoas que transitavam pelo mercado e também repararam aquela celebração.

Me juntei à comunidade e comecei a notar os detalhes. Além do quadro, havia uma estátua do Bará: um homem negro, forte, segurando uma chave dourada em uma das mãos e uma foice em outra. Ouvindo algumas conversas entendi as interpretações de seus símbolos, o Bará tem o poder de abrir ou fechar os caminhos, ele é um poderoso Orixá. Ao lado da estátua principal do Bará, havia duas esculturas de santos católicos: Santa Bárbara e São Pedro, o dia de celebração desse santo também é dia 29 de junho. Além disso, as bandeiras do Rio Grande do Sul e do Brasil forravam as mesas.

Por lá também havia mulheres que molhavam folhas de espada de São Jorge e ramos de arruda, em um balde com algum líquido, e encostavam as folhas nos fiéis que formavam uma fila. Eu entrei na fila, chegou a minha vez, a senhora com um vestido e um turbante na cabeça me perguntou se eu queria tomar passe, eu respondi que sim. Em seguida, ela perguntou o meu nome e disse que eu poderia dar o quanto eu tivesse para o orixá e começou a passar as folhas sobre o meu corpo enquanto falava algumas palavras como: paz, proteção, saúde, etc. O passe acabou, eu deixei algumas moedas em um vaso de barro para o Bará.

Voltei para o lugar onde eu estava anteriormente e uma senhora começou a conversar comigo, ela disse que queria muito ver o batuque que ia começar por volta das 18H, todavia não poderia esperar pois quanto mais tarde, mais lotados estariam os ônibus. Aproveitei a oportunidade e perguntei mais sobre aquela celebração: ela disse que a festa ocorre nos dias 13 e/ou 29 de junho, depende da linha religiosa. Falou também que aquele local do Mercado Público é muito importante para a história da comunidade negra no Rio Grande do Sul, pois um Bará havia sido enterrado ali com mais cinco bois, por esse motivo há um mosaico circular com representações de sete chaves bem no centro do mercado que cotidianamente recebe dezenas de oferendas, como moedas e balas de mel.”

A partir daquele dia comecei a conhecer e me aproximar dessa divindade que habita o mercado, que promove os movimentos, que dá e recebe, que media relações. Bará é orixá das trocas, ele desafia as simetrias, transcende as temporalidades, abre e fecha caminhos, ele é o dono das encruzilhadas. Conheci Bará¹ no Mercado, onde ele faz morada, mas fui descobrindo mais sobre ele em terreiros de religião, através de produções audiovisuais, livros, filmes, artigos, entre outros. Esse ser afrodiaspórico é lembrado e refeito diariamente no espaço do Mercado Público de Porto Alegre, a capital mais ao sul do território brasileiro.

Além do assentamento de Bará, no Mercado Público encontram-se lojas de artigos religiosos (floras), armazéns de produtos a granel, açougues, peixarias, fruteiras, comércio de embalagens, lojas de produtos agropecuários, lancherias, cafeterias, restaurantes, sorveterias, lotérica e até barbearia. Atualmente o local é um dos principais espaços de trocas de mercadorias de Porto Alegre, entretanto, o primeiro mercado de produtos alimentícios da cidade se concentrava em outro ponto do atual Centro Histórico, no Largo da Quitanda, atual Praça da Alfândega, este mercado mais antigo se organizava como uma feira livre (Vieria, 2017). Como veremos no decorrer do trabalho, mulheres e homens negros eram protagonistas nas relações comerciais que ocorriam no Largo da Quitanda, especialmente as pretas minas² que, paradas em pontos estratégicos da cidade e/ou circulando por ela, vendiam diversos gêneros alimentícios em seus tabuleiros.

Desde o Largo da Quitanda muita coisa mudou, atualmente o Mercado Público concentra muitas mercadorias e interesses e ocupa uma área aterrada onde antes passava o rio (ORO, 2007). O prédio possui uma arquitetura emblemática, dois andares e quatro entradas principais, os corredores se cruzam formando uma encruzilhada no centro do local. É rodeado por terminais de ônibus, por um largo onde acontecem feiras livres, por

¹ Vale ressaltar algumas diferenças entre o candomblé baiano e o batuque gaúcho, no Rio Grande do Sul a divindade recebe o nome de Bará, já no candomblé comumente bará é uma qualidade do orixá Exú (QUEIROZ, 2021).

² As mulheres negras escravizadas eram chamadas assim em referência à Costa da Mina, região que compreendia o litoral da África Ocidental de onde embarcaram muitos africanos escravizados rumo ao Brasil.

prédios administrativos, como o centro administrativo municipal, pela linha do trem e também pelas águas do Guaíba.

O Mercado sofreu quatro incêndios (1912, 1976, 1979 e 2013) e resistiu a uma grande enchente em 1941 (ORO, 2007). Através da lei 4317/77, em 1979, o Mercado Público passa a ser Patrimônio Histórico Cultural de Porto Alegre (ROMANO, 2004). Nas décadas de 1960 e 1970 o prédio foi alvo de ameaças de demolição (VARGAS, 2011). Já entre 1991 e 1997 foi executado o projeto de revitalização do Mercado de Porto Alegre, foram implantados dois elevadores e duas escadas rolantes, também foi fixada uma cobertura metálica de aproximadamente 15 metros de altura que cobriu totalmente o pátio central e o terraço interno do mercado (ROMANO, 2004). A figura 1 mostra o pátio central do Mercado após o primeiro grande incêndio de 1912.

Figura 1: Bancas centrais do Mercado destruídas após o incêndio de 1912.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (fotógrafo desconhecido)

Mais recentemente, no dia 06 de julho de 2013, o Mercado pegou fogo pela quarta vez, conforme figura 2, o fogo se alastrou pelo segundo andar do prédio destruindo mais de 60% do pavimento superior (SILVA, 2022). Só nove anos depois do incêndio, em 2022, o segundo piso é liberado para os comerciantes.

Figura 2: Mercado Público incendiado em 2013.



Fonte: Rhian Carlos Berghetti Dantas (2013)

Ademais, na antiga Porto Alegre, a população negra da cidade participou ativamente não apenas dos circuitos alimentares da capital, mas também enquanto mão-de-obra escravizada para construção do espaço. Uma das teorias é que durante a construção do Mercado os trabalhadores teriam assentado (enterrado) um *ocutá* (pedra-sagrada) para a divindade Bará. Dessa forma, na encruzilhada do Mercado, segundo tradições do batuque gaúcho, está assentada esta divindade de origem Yorubá (QUEIROZ, 2022).

Outra versão conta que Bará teria sido assentado no Mercado por um príncipe oeste-africano chamado Osuanlele Okizi Erupê que viveu parte de sua vida no Rio Grande do Sul e teria falecido em Porto Alegre em 1935. Não se sabe ao certo os motivos do príncipe africano ter vindo para o Brasil, contudo veio acompanhado de uma comitiva de cerca de 48 conselheiros e chefes tribais (ORO, 2007). No Brasil ficou conhecido como Custódio Joaquim Almeida, passou pela Bahia, Rio de Janeiro e finalmente chegou ao Rio Grande do Sul, circulou pelas cidades de Rio Grande, Pelotas e Bagé até finalmente chegar à Porto Alegre onde se fixou em uma casa no bairro Cidade Baixa (ORO, 2007). Segundo tradição oral, o Príncipe veio à Porto Alegre a convite de Júlio de Castilhos, presidente do Estado, para que pudesse auxiliar no tratamento de câncer que acometia o político local (ORO, 2007).

Príncipe Custódio participava das sociabilidades da elite local, além disso importantes líderes político frequentavam a sua casa onde ele promovia grandes festas religiosas: “destacava-se a qualidade dos seus sete tamboreiros e a exuberância do seu vodum (orixá) Sapatá Erupê (ORO, 2007, p. 40). A figura desse príncipe africano é muito lembrada no meio batuqueiro, segundo a tradição oral ele teria feito diversos assentamentos de Bará pela cidade, além do Mercado, teria plantado o orixá no Palácio Piratini e próximo à Igreja Nossa Senhora das Dores (ORO, 2007). A história de Custódio continua mobilizando interesses: recentemente Scherer e Weimer (2021) publicaram um

livro denominado *No refluxo dos retornados: Custódio Joaquim de Almeida, o príncipe africano de Porto Alegre* onde analisam fontes históricas já conhecidas e outras inéditas acerca da trajetória do Príncipe no Brasil e sua importância e contribuição para o campo afro-religioso de Porto Alegre.

Dessa forma, as vinculações de parte da população negra com o Mercado confluem também com instâncias sagradas e religiosas. Ainda que haja mistérios quanto as materialidades do assentamento “o fato é que o lugar é um importante ponto de devoção e um local por onde devem passar, obrigatoriamente, os adeptos dos cultos afro, especialmente do Batuque, durante a iniciação, num ritual denominado de “Passeio” (GIUMBELLI, HEBERLE E KERBER, 2015, p. 110).

Mais recentemente, em 07 de fevereiro de 2013, foi inaugurado, bem no centro do Mercado, um mosaico composto de pedras e bronze, formando a imagem de sete chaves em referência ao Orixá. Esta conquista foi fruto de demandas de representantes de Casas Religiosas de Matriz Afro junto à prefeitura de Porto Alegre: “O pedido de registro do Bará do Mercado como patrimônio imaterial de Porto Alegre foi iniciativa de Mãe Norinha de Oxalá à Secretaria Municipal da Cultura.” (SILVA, 2013). Mãe Norinha de Oxalá foi presidente da Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras (CEDRAB), na figura 3 ela aparece cultuando Bará antes da construção do mosaico.

Figura 3: Mãe Norinha de Oxalá saudando o Orixá Bará.



Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais/BIEV.

O mosaico também faz parte do Museu do Percurso Negro em Porto Alegre, projeto elaborado por entidades do movimento negro e executado com apoio de instituições governamentais que, através da construção de obras públicas, visa elencar espaços marcantes para a memória, identidade e cidadania negra na cidade de Porto Alegre (VARGAS, s.d.). Além do Bará, o Tambor, a Pegada Africana e o Painel Afrobrasileiro

também fazem parte do percurso. Outro marco legal, importante para a patrimonialização, foi a aprovação da lei nº 12.824 de 2021 que tomba o Bará do Mercado Público como patrimônio histórico-cultural do município de Porto Alegre.

Ademais, o campo afro-religioso gaúcho é numeroso e diverso. Nos últimos dois censos demográficos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000 e 2010, se constatou que o Rio Grande do Sul é o Estado, em termos proporcionais, com maior número de pessoas que se identificaram enquanto pertencentes à religiões afro-brasileiras. Causa estranheza pensar nestes dados visto que o Rio Grande do Sul é um estado construído sob paradigmas racistas, onde a sua população é apresentada para o resto do país enquanto descendente de imigrantes europeus. A população negra e sua trajetória no Estado está longe das narrativas oficiais, contudo, “tem preto no sul” sim, como recitam os poetas gaúchos Cristal Rocha e Bruno Negrão (Tem Preto no Sul, 2018): “Mas nem que tu olhar vai pensar que eu sou do Sul, porque gaúcho é visto com o olho azul, mas a verdade ninguém vê, e ninguém vê porque esconderam a Ilhota no fim da cidade, o bairro colônia Africana hoje se chama Rio Branco, tem preto no Sul, pro Paulista isso causa espanto, omitem nossa relevância na formação da sociedade”.

O cenário das manifestações afro-religiosas presentes no Rio Grande do Sul inclui a Umbanda, manifestação religiosa que cultua entidades encantadas como Caboclos, Preto-Velhos e os orixás; a Quimbanda, culto em que Exus e Pombagiras são protagonistas; o Batuque, manifestação religiosa que cultua doze orixás: Bará, Ogum, Iansã (ou Oiá), Xangô, Oba, Odé/Otim, Ossanha, Xapanã, Oxum, Iemanjá e Oxalá e possui algumas linhas ou nações, as mais difundidas são Jeje, Ijexá, Oió, Cabinda, Nagô e Jeje-Ijexá; além do Candomblé de origem Ketu ou Angola (ainda que o número de casas de Candomblé presentes no Estado seja menor comparado às outras modalidades religiosas).

De uma forma ou de outra, adeptos dessas religiões passam pelos mercados, em Porto Alegre o Mercado Municipal carrega a particularidade de guardar o assentamento de um Orixá no seu âmago, contudo, a sacralidade dos mercados é latente para as religiões afro-brasileiras como um todo. Seja na Feira de Água de Meninos (também denominada de Feira de São Joaquim) em Salvador, no Mercado de Madureira no Rio de Janeiro, ou em tantos outros espalhados pelas cidades brasileiras, uma viagem ao mundo afro-brasileiro começa nos mercados:

“Em todos eles se destaca, de imediato, a enorme concentração de negócios voltados para o atendimento de demanda dos cultos afro-brasileiros - candomblés, xangôs, tambores-de-mina, batuques, parás, catimbós, macumbas e babaçúes, ou como se chamem as diversas variantes dessa religião em seus respectivos contextos regionais. (VOGEL, MELLO E BARROS, 2007, p. 5)

Há um provérbio muito difundido entre os adeptos de religiões de matriz-afro que diz: “Kosi éwe, kosi orixá” (sem folhas, não há orixá). O pesquisador Flávio Gonçalves dos Santos (2013a) acrescenta que sem mercado também não há orixá. Nos mercados encontram-se as folhas, os alimentos, os utensílios, os objetos, os animais que são indispensáveis no culto às divindades. A existência de uma casa de religião de matriz africana depende desses locais. Essas tradições renovadas em território brasileiro carregam memórias do outro lado do Atlântico:

Na África, berço da Religião dos Orixás, o mercado representava e ainda representa, nas aldeias, um ponto central de convergência de toda a população em determinados dias da semana. As cidades africanas tinham como característica o nascimento do mercado local concomitantemente com a construção das primeiras casas, localizando-o, invariavelmente, no centro da aldeia. [...] Ali faziam ponto os sacerdotes de Ifá, os Babalawos, aguardando consulentes para, se necessário, encaminhá-los aos Templos, a fim de ouvirem Ifá, o Orixá do Destino e, portanto, da adivinhação. (PERNAMBUCO, 2018, p. 49)

A relação do sagrado com os mercados desenvolve-se a partir das tradições africanas. Exú divindade de origem Yorubá rege as trocas, transitividades e movimentos, qualidades relacionadas aos mercados, ele também pode receber o título de Olóoja (dono do mercado) (QUEIROZ, 2022). Ademais, como veremos ao longo deste trabalho, o mercado é um local de aprendizado, os recém iniciados devem passar e aprender com ele.

Tendo em vista este panorama sócio-histórico e as diversas dimensões que interpelam o Mercado Público de Porto Alegre, a pergunta que acompanha esta pesquisa é: como o sagrado se manifesta no cotidiano do Mercado Público de Porto Alegre? Para além da compra e venda de alimentos sob uma lógica mercadológica, quais são as memórias (re)contadas naquele espaço? Quais encantamentos preenchem aquele território?

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como as dimensões da memória e do sagrado se manifestam e se relacionam cotidianamente no espaço do Mercado Público de Porto Alegre. Identificar algumas manifestações culturais e religiosas que ocorrem na encruzilhada do Mercado Público e investigar vinculações de frequentadores com o espaço.

A partir dessas perguntas e dos objetivos apresentados, me envolvi com o trabalho de campo durante seis meses, marcando presença no espaço em média três dias da semana e tendo como ponto de referência o mosaico central fixado no chão do espaço onde está assentado o orixá Bará. Realizei uma etnografia do Mercado Público que contou com a descrição densa em diários de campo e a utilização de recursos audiovisuais para captar e refletir sobre as cenas do campo. Além disso, foram realizadas três entrevistas qualitativas semiestruturadas.

Atentar-se às dimensões sagradas que envolvem o Mercado Público de Porto Alegre pode ser lido como um processo de reafirmação histórica, de reavivar saberes, de recontar memórias. Conceição Evaristo, em seu texto *Escrevivências da afro-brasilidade: história e*

memória, defende que “ao se observar a resistência da tradição cultural negra e a sua reelaboração, a sua reterritorialização no Brasil e outros países da diáspora africana, percebemos o caráter pessoal e coletivo da memória como possibilitador de construção de uma identidade” (2008, p. 4).

Evaristo defende que existem intenções para criar memória como também para criar esquecimentos, tentar silenciar memórias coletivas dos povos afrodiaspóricos constitui-se como mais uma forma de violência. Dessa forma, reconstruir memórias é uma dimensão essencial dos processos de emancipação negra. Conceição Evaristo afirma: “O silêncio que o invasor quis impor a África, a interrupção da fala que o colonizador pretendeu instituir na diáspora produziram os seus efeitos, mas a linguagem não é inerte. Sons, palavras dançam na boca da memória” (2008, p. 16). Sendo assim, buscar entender, por meio desta pesquisa, como o sagrado se manifesta em um dos mais importantes prédios públicos da capital gaúcha é poder repensar também a história e a memória da própria cidade, e das vinculações e afetações estabelecidas com ela.

Ainda sobre memória, o sociólogo Mario Augusto da Silva defende que ela não está tão somente cristalizada no passado, mas que está constantemente sendo refeita no presente pois “memória coletiva é uma forma de poder” (2020). A memória brasileira é homogeneizada por grupos sociais hegemônicos no poder, por isso ela é “excessivamente masculina, branca, urbana, vinculada a cultos religiosos específicos, a lugares de memórias patronais ou das classes economicamente dominantes” (SILVA, 2020).

Ademais, o domínio sobre a memória também é o domínio sobre o esquecimento e o esquecimento incide como uma dupla morte sobre a existência negra, a morte biológica, que apresenta níveis alarmantes entre a juventude preta, e a eliminação das lembranças, das narrativas, dos registros, dos arquivos históricos da população preta (SILVA, 2020). Sendo assim, a luta contra a prática social do esquecimento é urgente pois combate essa dupla morte, dessa forma uma agenda para a preservação de uma memória social negra pede espaço (SILVA, 2020).

Ao longo deste trabalho, desde as primeiras revisões bibliográficas, passando pelo trabalho de campo, pela realização das entrevistas e finalmente na escrita final, os holofotes estão virados para o resgate dessas memórias coletivas negras vinculadas a esse prédio histórico, “o coração de Porto Alegre” (QUEIROZ, 2022). Como veremos ao longo do texto, nesta pesquisa o sagrado e a memória coletiva andaram lado a lado e, por mais singelo que possa parecer, o compartilhamento de histórias de uma *lyalorixá* com uma estudante universitária no meio do Mercado tornou-se “um momento magno”³.

³ Trecho retirado da entrevista com *lyalorixá* Vera Soares.

Para a realização da pesquisa foi utilizado o conceito antropológico de "ser afetado" de Jeanne Favret-Saada. Em seu estudo sobre feitiçaria, Favret-Saada assume que precisou afetar-se pelo campo para aproximar-se dos parceiros de pesquisa: "não pude fazer outra coisa a não ser aceitar deixar-me afetar pela feitiçaria, e adotei um dispositivo metodológico tal que me permitisse elaborar um certo saber posteriormente" (SIQUEIRA E FAVRET-SAADA, 2005, p. 155). Os afetos - o bombardeio de intensidades específicas quando se está em determinado lugar - são particulares, visto que afetar-se não informa sobre o afetos dos outros, contudo aceitar afetar-se pelo campo cria a possibilidade de construção de comunicações involuntárias com os interlocutores. A comunicação involuntária, não verbal, é muito valorizada pela autora que, ao escrever sua etnografia, se debruça sobre essas situações não intencionais para desenvolver a pesquisa (SIQUEIRA E FAVRET-SAADA, 2005).

Inspirada em Favret-Saada (2005), entrei em campo aberta à afetação recíproca que surgiu a partir das trocas com o espaço e com as pessoas que circulam no Mercado. Ademais, me aproximar das concepções de *momento etnográfico* e de *efeito etnográfico* (Strathern, 1999) também foram muito importantes durante a pesquisa, incipientemente para refutar a ideia de coleta de dados, pois não fui à campo para buscar informações que já estavam dadas, a pesquisa se construiu a partir das relações que fui tecendo com as divindades, com as coisas, com o espaço e com os parceiros de pesquisa (termo utilizado por QUEIROZ, 2022a); também para pensar a escrita etnográfica como um outro campo e para entender a potência da junção entre os dois campos: o da observação e o da escrita etnográfica. Segundo as palavras de Strathern (1999a) "poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise)" (1999, p. 350).

Além disso, durante a pesquisa também foram utilizadas referências bibliográficas que auxiliaram a refletir metodologicamente a utilização de imagem em contextos afro-religiosos, a partir da experiência de Jacqueline Pólvora (1995) que pesquisa acerca da utilização da antropologia visual em uma casa de batuque em Porto Alegre e de Fernanda Rechenberg (2022) que pensa sobre ética, imagem e memória em contextos afro-religiosos. Jacqueline Pólvora revela como foi o processo de começar a utilizar a câmera fotográfica junto à família de santo a qual ela estava realizando a pesquisa, havia limites para a captação de imagens, quando alguém estava incorporado, por exemplo, era proibido tirar fotos ou filmar. Ademais, os parceiros de pesquisa incentivaram que ela fotografasse, especialmente quando estavam arrumados para as cerimônias, em contraponto, não viam tanto sentido nas fotografias retiradas enquanto executavam tarefas corriqueiras no terreiro. Pólvora (1995) dá pistas de como utilizar as fotografias para facilitar a escrita do trabalho:

ela compunha blocos de fotografias os quais associava a cada capítulo e a autora assume que as imagens eram, para ela, fontes inspiradoras para a escrita.

Fernanda Rechenberg apresenta um debate mais atual sobre a utilização da imagem na pesquisa etnográfica, enquanto nos primeiros trabalhos de antropologia visual havia uma cisão entre fotógrafo/fotografado; dentro/fora, atualmente isto está muito mais fluído:

o fotógrafo não detém mais os segredos da imagem: ela é captada por câmeras e telefones celulares e compartilhada na web, e está disponível a diferentes interpretações e discursos. O controle do segredo e dos interditos visuais na religião se torna muito mais difícil com a multiplicidade e a fluidez com que estas formas sincréticas são captadas e visibilizadas nos espaços de compartilhamento virtual (2022, p. 9).

Rechenberg (2022) conta que, durante uma celebração, a sua parceira de pesquisa autorizou a sua entrada na gira: "Ao autorizar a minha entrada na corrente, Rosi me colocava do lado de dentro de um espaço sagrado que me convocava a produzir imagens" (2022, p. 12). Dessa forma, a produção de imagem estava também incorporada àquele ritual sagrado, fazia sentido para o grupo ali presente.

Além da produção de novas imagens, as parceiras de pesquisa mantinham no terreiro uma série de fotografias mais antigas de festas, oferendas, rituais, comemorações, memórias de suas trajetórias dentro da religião, assim "guardada no seio de uma memória familiar, a imagem não profana o sagrado, porque passa a compor um conjunto de recordações individuais e coletivas de momentos marcantes da trajetória biográfica das pessoas" (RECHENBERG, 2022, p. 15).

Os materiais audio-visuais foram elementíssimos para a pesquisa, sempre que eu ia a campo tirava alguma foto ou gravava alguma cena, tanto para auxiliar na recordação de algum detalhe do campo, como para posteriormente associar a imagem com o que iria ser escrito ou para analisar, a partir de outro tempo-espaço, o cenário capturado. Além disso, entrar em contato com as fotos da antiga Porto Alegre, especialmente do prédio do Mercado Público, me possibilitaram entender as dimensões das transformações ocorridas naquele espaço. Foi também através das redes sociais que assisti a vídeos que registravam momentos e eventos, muitos sem aviso prévio, que ocorreram no espaço do Mercado no tempo que decorria a pesquisa. Ao longo deste trabalho a escrita etnográfica vai ser transpassada por algumas dessas imagens.

1. OS MERCADOS

A pesquisadora e geógrafa Daniele Vieira, autora da dissertação *TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano* (2017), apresenta um trabalho potente no sentido de resgatar memórias

e apresentar narrativas que evidenciam a importância e o protagonismo negro na história de Porto Alegre. Na sua dissertação, ela resgata escritos do viajante europeu Saint-Hilaire (2002) e do cronista gaúcho Achylles Porto Alegre (1994), ambos discorrem sobre o comércio na antiga Porto Alegre. Considero importante também apresentar tais registros, com as devidas referências, pois trazem um tom descritivo que aproxima o leitor do cenário da época.

Saint-Hilaire, passou pelo estado do Rio Grande do Sul entre os anos 1820-1821, descreveu suas viagens em diários de campo que foram organizados no livro *Viagem ao Rio Grande do Sul* (2002). Segue abaixo partes do relato de sua visita ao centro da capital gaúcha em meados de julho de 1820:

A Rua da Praia, a única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e muitos negros carregando fardos. [...] É na Rua da Praia, próximo ao cais, que fica o mercado; nele vendem-se laranjas, amendoim, carne-seca, pão, feixes de lenha e legumes, principalmente couve. Como no Rio de Janeiro, as vendedoras são negras; algumas vendem acorodadas junto à mercadoria; outras, em barracas, dispostas desordenadamente. Atualmente vendem muito fruto da araucária, a que chama pinhão, nome que se dá, na Europa, às sementes de pinheiro (2022, p. 68-72).

A partir das descrições de Saint-Hilaire, sugere-se que mulheres e homens negros tinham papel de protagonismo nas trocas comerciais que ocorriam no Largo da Quitanda. O próprio nome do comércio estabelecido em Porto Alegre advém do termo *kitanda*, que entre a população *mbundu* é utilizado para designar mercado. Na travessia da África centro-ocidental para o Brasil, as *kitandas* tornaram-se quitandas (PANTOJA, 2004).

Selma Pantoja (2004), historiadora e pesquisadora das conexões e identidades entre Brasil e Angola, apresenta relatos de cronistas que descreveram regiões da África Central Ocidental, especialmente Luanda e os sertões africanos, e que testemunham a presença de *kitandas* na região desde o século XVII. Estas comercializavam diversos gêneros alimentícios como frutas, peixes e óleos, além disso, era possível encontrar nas *kitandas* amuletos, produtos votivos e religiosos, além de adornos, balangandãs, colares, brincos, entre outros (PANTOJA, 2004). Para discorrer sobre as quitandas na capital gaúcha, trago o trecho de um relato do cronista Achylles Porto Alegre (1994), ele descreve a presença de vendedoras negras, apelidadas de pretas minas:

entregavam-se então a sua quitanda, e atravessavam as ruas da cidade, com colares e pulseiras de miçanga, e tabuleiros rasos de frutas ou caixas envidraçadas de doces à cabeça. Alguns conduziam nessas ocasiões os filhos de peito esgarranchados nas ancas, onde os amarravam com faixas até as axilas. Outras iam aboletar-se com os seus tabuleiros nas portas das tabernas de esquina – onde, aos domingos, algumas se estabeleciam com os seus caldeirões de canjica ou mocotó, a vintém e a tostão o prato. Pela manhã iam sentar-se no mercado. Isto feito, como não havia naquele tempo, nas ruas, carroças de verduras, as “minas” é que andavam de casa em casa fornecendo à freguesia. Muitas, porém, não perambulavam.

Expunham os seus tabuleiros às portas das suas casas, e ali faziam o seu negócio (PORTO ALEGRE, 1994, p. 100).

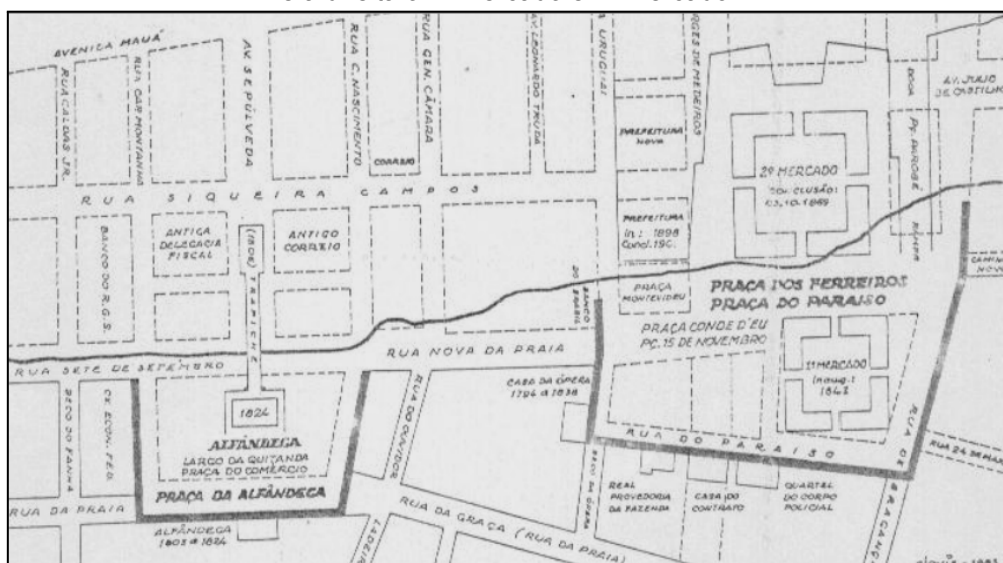
A partir da análise destes e outros documentos históricos do período, Daniele Vieira defende que “o comércio de quitandas – gêneros alimentícios diversos, da Porto Alegre antiga, era feito majoritariamente por negras e negros” (2017, p. 90). Não há como negar a influência africana nas relações comerciais que começaram a se estabelecer no Brasil, tanto em Porto Alegre, como em diversas outras capitais brasileiras: “esse tipo de comércio tornou-se uma ocupação típica de mulheres negras, escravas, livres ou forras que armavam seus tabuleiros nas ruas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, São Luís do Maranhão e Santa Catarina” (BONOMO, 2014, p. 3). Locais povoados pelas quitandeiras viraram referências comerciais nas cidades brasileiras, em Porto Alegre formou-se o Largo da Quitanda, em Salvador a Grande Quitanda, em São Paulo a Rua da Quitanda Velha e no Rio de Janeiro a Rua da Quitanda (PANTOJA, 2016).

Entretanto, ainda que protagonistas no comércio ambulante brasileiro entre os séculos XVII e XIX, as quitandeiras estabeleciam-se às margens do comércio “oficial”. Pantoja (2004), relata que os locais onde as quitandeiras atuavam eram considerados “zonas de perturbações” pelas autoridades da época, e “os poderes locais desejavam um deslocamento das quitandas do centro da cidade, portanto, como em Luanda, suscitava a discussão de onde a quitanda poderia se fixar” (PANTOJA, 2004, p. 4). Em Porto Alegre, o historiador André Damas (2018) discorre acerca das legislações do município que incidiram sobre o trabalho das quitandeiras e as resistências assumidas por elas, em sua pesquisa ele apresenta um fragmento do Regulamento Interno para a Praça do Mercado de 1844, Art.º 1:

Depois do dia marcado para a abertura da Praça do Mercado, ninguém poderá vender, fora da mesma, carnes verdes, hortaliças, frutas, aves, mantimentos e mais objetos, que se costumam vender na Praça denominada Quitanda. Os que ao contrário fizerem, serão multados de 6 mil réis a 12 mil réis, e sofrerão além disso dois dias de Cadeia [...] 35 (REGULAMENTO INTERINO PARA A PRAÇA DO MERCADO, 1844 *apud* DANTAS, 2018, grifo meu).

Nota-se que o regulamento é do ano de 1844 pois, antes da construção do prédio do Mercado (1869) que está de pé até hoje, foi construído um primeiro mercado edificado, esse foi inaugurado em 1844: “A ideia era dotar Porto Alegre de um espaço abrigado, que organizasse o comércio de forma disciplinada e permitisse a fiscalização, de acordo com as regras de higiene do século XIX” (VARGAS, 2011, p. 32). Como ilustrado na figura 4, o primeiro e o segundo mercado edificados foram construídos muito próximos um do outro, os dois na Praça Paraíso, hoje chamada de Praça XV. A partir de 1844, às quitandeiras que ofereciam seus produtos ao longo do Guaíba entre as praças da Quitanda e a Praça do Paraíso se impõe que se estabelecessem neste novo espaço (VARGAS, 2011).

Figura 4: Mapa da Antiga Porto Alegre, à esquerda o Largo da Quitanda e à direita o 1º Mercado e 2º Mercado.



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Sobre as quitandeiras, tentou-se estimular horários e locais onde poderiam circular e vender seus produtos, tais regras estavam registradas tanto no Regulamento Interno para a Praça do Mercado (1844), como no Código de Posturas (1828). Entretanto, apesar dos aparatos legais e dos mecanismos de poder utilizados para tentar barrar a utilização do espaço público, elas articularam resistências. Segue o relato apresentado no periódico *A federação* (1884), relatando o acontecimento que havia ocorrido 40 anos antes:

“assim como as quitandeiras – que ali eram presas até as nove horas. No dia da inauguração, as negras minas eram levadas para dentro do mercado; algumas só obedeceram á força dos panasios de espadas dos soldados de policia. Não vou para o encérra! Gritavam ellas. Mas á força não houve remédio senão obedecer” (A FEDERAÇÃO, 1884, *apud* DANTAS, 2018).

As negras minas movimentavam não apenas o comércio de alimentos mas, pela característica dinâmica de seus trabalhos, também articulavam ações, transmitiam e manipulavam informações, circulavam em diferentes espaços e resistiam como podiam à políticas higienistas e racistas daquele período (DANTAS, 2018). Na figura 5, possivelmente duas pretas minas em Porto Alegre no início do século XX.

Figura 5: Quitandeiras nas ruas de Porto Alegre (1901).



Fonte: Prati Fotos antigas

1.2 Dentro-Fora-Fora-Dentro

Exu atrapalha-se com as palavras

Toda vez que Orunmilá vinha do Orum (céu) para ver as coisas do Aiê (terra), era interrogado pelos orixás, humanos e animais.

Ainda não fora determinado qual o lugar para cada criatura e Orunmilá ocupou-se dessa tarefa.

Exu propôs que todos os problemas fossem resolvidos ordenadamente.

Ele sugeriu a Orunmilá que a todo orixá, humano e criatura da floresta fosse apresentada uma questão simples para qual eles deveriam dar respostas diretas.

A natureza da resposta individualmente de cada um determinaria seu destino e seu modo de viver.

Orunmilá aceitou a sugestão de Exu.

E assim, de acordo com as respostas que as criaturas davam, elas receberiam um modo de vida de Orunmilá, uma missão.

Enquanto isso acontecia, Exu, travesso que era, pensava em como poderia confundir Orunmilá.

Orunmilá perguntou a um homem: 'Escolhes viver dentro ou fora?'

'Dentro', o homem respondeu.

*E Orunmilá decretou que doravante todos os humanos viveriam em casas.
De repente, Orunmilá se dirigiu a Exu: 'E tu, Exu? Dentro ou fora?'
Exu levou um susto ao ser chamado repentinamente,
ocupado que estava em pensar em Orunmilá.
E rápido respondeu: 'Ora! Fora é claro'.
Mas logo se corrigiu: 'Não, pelo contrário, dentro'.
Orunmilá entendeu que Exu estava querendo criar confusão.
Falou, pois que agiria conforme a primeira resposta de Exu.
Disse: 'Doravante vais viver fora e não dentro de casa'.
E tem sido desde então.
Exu vive a céu aberto, na passagem, ou na trilha, ou nos campos.
Diferentemente das imagens dos outros orixás,
que são mantidos dentro das casas e dos templos,
toda vez que os humanos fazem uma imagem de Exu
ela é mantida fora .
(PRANDI, 2001, p. 66-67)*

A partir deste *itan*⁴, mito Yorubá, podemos entender uma característica dos assentamentos de Exú: eles são feitos, majoritariamente, do lado de fora. Quando o assentamento para Bará foi plantado não havia cobertura sobre aquele comércio. O projeto de construção do segundo mercado edificado da cidade foi finalizado em 1869 e incipientemente o Mercado consistia em um quadrilátero edificado que envolvia uma praça aberta central desprovida de pavimentação ou cobertura vegetal (ROMANO, 2004).

O Mercado Público de Porto Alegre carrega em sua história a bagagem das feiras livres - desde o Largo da Quitanda, passando pelo mercado inicial com o miolo central aberto - ainda hoje a disposição dos produtos se assemelha com estas, a forma de chamar clientes também: “Com o que eu posso ajudar, freguesa?” repetem os atendentes. O Mercado também é feira, carrega feira dentro dele, seja na sua historicidade, ou nas dinâmicas atuais: feira de artesanatos, feiras de frutas, entre outras. Contudo, hoje em dia também agrega escadas rolantes, elevadores, códigos de barras, sistemas digitais e “gourmetizações” que lhe aproximam da lógica dos mercados modernos.

Além disso, ainda que atualmente um turista possa chegar ao Mercado Público e não perceber a sua proximidade com o rio, devido aos muros e construções que “tapam” a visão para as águas, no século XIX, quando construído, três fases do Mercado estavam voltadas para ele. A face leste “ficava em frente à doca das frutas (hoje Praça Parobé), de maior circulação, embora não prestasse para o uso de passageiros, devido ao constante congestionamento de barcos” (ROMANO, 2004, p.77); a face oeste voltava-se para a doca de carvão, esta área posteriormente foi aterrada e ali foi construída a Prefeitura; o lado norte quase beirava o rio e “no espaço entre o prédio e a murada que servia de cais era um mercado extra, com pequenas bancas toscas, improvisadas e sem nenhuma ordem” (ROMANO, 2004, p. 77); o lado sul, cuja a frente do Mercado era voltada para praça XV, era

⁴ *Itan* significa história verdadeira em yorubá (QUEIROZ, 2022)

considerado o lado mais nobre “neste largo circulavam os bondes, as carroças, ‘os carros de praça’ “(ROMANO, 2004, p. 77). Ademais, entre as docas do carvão e das frutas era um ponto de embarque e desembarque de pessoas, passavam por ali cativos africanos ou brasileiros recém-chegados, vindos em geral do Rio de Janeiro ou do porto de Paranaguá (QUEIROZ, 2022, p. 141)

Figura 6: Mercado Público visto das águas, arborizado no centro.



Fonte: Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (fotógrafo desconhecido).

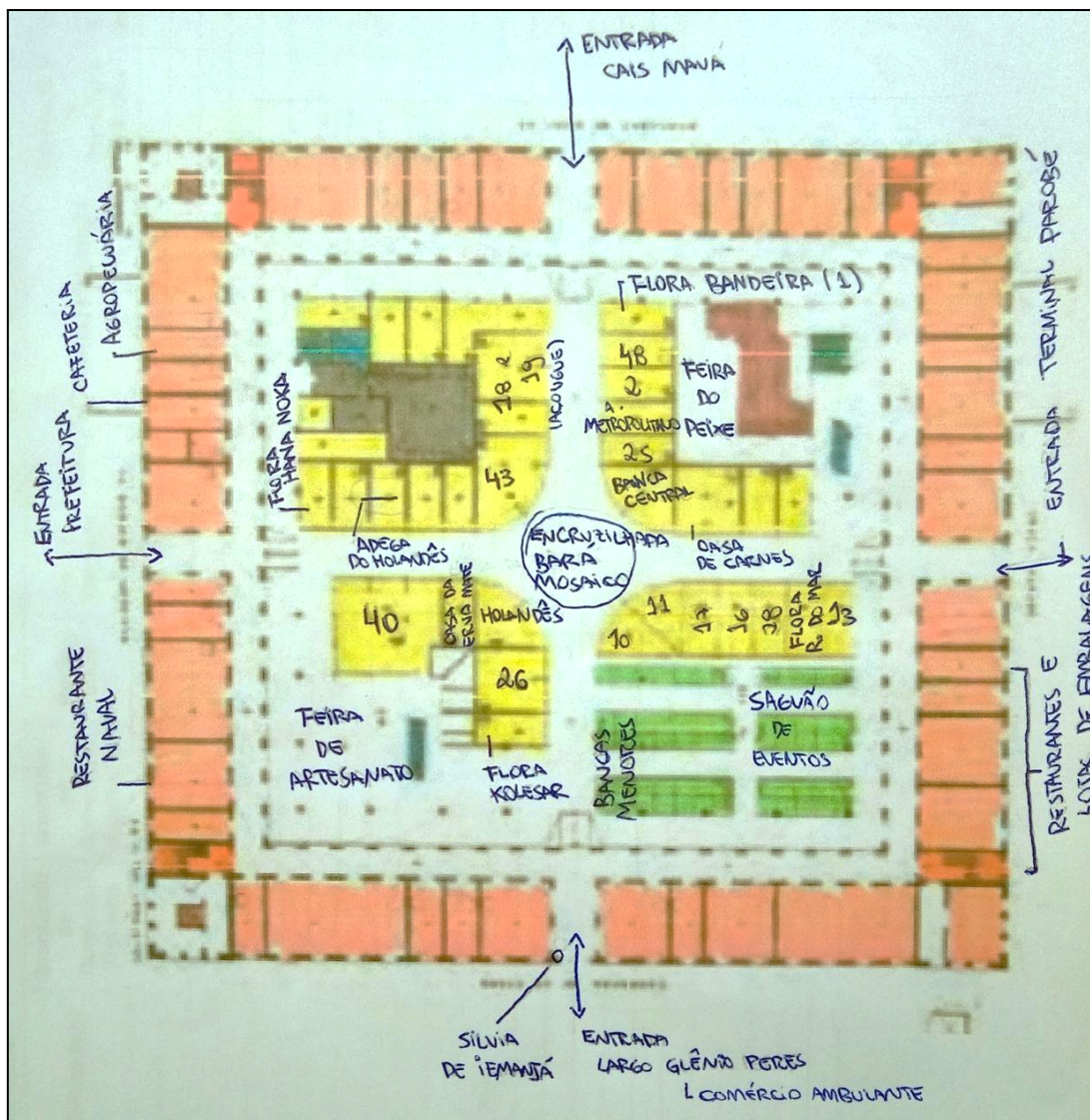
Além do envoltório edificado, composto de 80 lojas que mantinham ligação direta, individual e simultânea com a rua e com o pátio central, a área interna do Mercado também era utilizada para comercialização de produtos (ROMANO, 2004). Contudo, através de políticas moralistas, higienistas e conservadoras decidia-se quem podia ou não fazer uso do novo espaço público. Em 1887, "como forma de ordenar e fiscalizar o comércio, a Câmara Municipal desbancou os vendedores de baixa condição econômica que negociavam sobre tabuleiros a céu aberto" (ROMANO, 2004, p. 78). A expulsão dos vendedores de “baixa condição econômica” do Mercado, acompanhou a reforma da fachada e a construção do segundo pavimento para a instalação de escritórios, seguradoras e empresas. As obras de construção do segundo andar terminaram em 1913 (ROMANO, 2004).

De um lado ampliou-se a estrutura do Mercado para entrada de uma parcela intelectualizada da sociedade da época, de outro restringiram o acesso de comerciantes menos abastados. Entre outros grupos, as negras minas, que comercializavam sobre os tabuleiros, foram desbancados do Mercado. Até hoje as disputas comerciais continuam circundando o local, para correlacionar as referências históricas apresentadas com as dinâmicas atuais que permeiam o Mercado analisarei cenas retiradas do diário de campo.

No dia 31 de outubro de 2022, dia chuvoso e nublado, me direcionei para uma das entradas do Mercado Público, a mais próxima da Praça Parobé. Lá Rogério⁵ estava parado, na porta do Mercado, não tão dentro para não correr o perigo de ser abordado por um segurança do local, mas não o fora suficiente que lhe restringe-se de se relacionar com quem saía ou entrava no espaço. Comercializando guarda-chuvas, ele segurava alguns deles em suas mãos, a sua oferta se destinava especialmente para as pessoas que se dirigiam do centro do Mercado em direção à rua, contudo as pessoas que estavam trafegando pela parte externa do prédio também eram possíveis clientes. Dois homens, funcionários de uma banca, ao fim do expediente se direcionam até Rogério, compraram, pagaram por pix, o vendedor agradeceu e desabafou: "Eu trabalho a 30 anos aqui, na volta do Mercado Público, eu tinha banca de fruta, agora não pode mais, tô vendendo celular mas está apertando". O comprador do guarda-chuva, trabalhador do Mercado Público, sugere: "larga teu currículo ali na banca 43", Rogério emitiu uma reação como se não soubesse ao certo onde se localiza a referida banca, o cliente e talvez futuro colega aponta para banca e fala "na 43, na banca ali".

Figura 7: Planta baixa do primeiro andar do Mercado Público.

⁵ Os nomes dos(as) parceiros(as) de pesquisa utilizados neste trabalho são fictícios, exceto o nome das entrevistadas.



Fonte da planta-baixa: Leonora Romano *apud* BOLETIM INFORMATIVO IAB/RS 1997 (2004)⁶.
Intervenções escritas elaboradas pela autora.

Os limites entre dentro e fora do Mercado são oscilatórios, o Mercado é o ângulo do centro de Porto Alegre. Aquele homem trabalhou 30 anos junto ao Mercado Público, se vinculou àquele espaço em várias dimensões, ainda que nunca tivesse sido burocraticamente vinculado a ele. “Agora não pode mais” sugere ele, frutas e verduras supostamente não podem mais ser vendidas nas redondezas do Mercado entretanto, depende de quem está vendendo-as, atravessando o terminal de ônibus encontra-se o Hortomercado Parobé (antiga doca das frutas), espaço retangular preenchido com estruturas de metal que acomodam frutas e verduras, o local é coberto e funciona 24 horas, todos os dias da semana. Ademais, além do hortomercado também é permitida a comercialização de frutas e verduras no largo em frente ao Mercado Público, ali ocorrem

⁶ Legenda das cores da figura: Escadas (vermelho); Lojas (salmão); Bancas (amarelo); Câmaras de Refrigeração (cinza); Horticultura (verde); Elevadores (marrom); Escadas Rolantes (azul) e Banca do Peixe (violeta).

feiras sazonais como na feira do pêssego, que em 2022, teve início exatamente nesta segunda-feira, dia 31 de outubro e se estendeu durante todo o verão. Vale ressaltar que esta feira comercializa além de pêssegos, ameixas, tomates, vagens e flores.

Operações que visam barrar o comércio de frutas e verduras dos vendedores que não estão “dentro” desses comércios regulados movimentam uma série de pessoas, instituições e equipamentos: desde o Regulamento Interno para a Praça do Mercado de 1844 (citado anteriormente), que determinava que a partir da inauguração do primeiro Mercado as vendas fora dele ficavam proibidas, até os dias atuais os aparatos legais contra os vendedores ambulantes são renovados. O trabalhador que foi impedido de manter sua banca de frutas, começou a vender celular e naquele dia estava se virando vendendo guarda-chuvas, considerados trabalhos “ilegais” perante os órgãos estatais e perante quem está na “parte de dentro”, ele busca adentrar “legalmente” no Mercado.

Enquanto uns tentam entrar, na parte interna do local muitas bancas exibem, na fachada da loja, o tempo longínquo que pertencem ao Mercado. A banca 26 está lá desde “desde 1919”; a banca 40 “desde 1927”; a Banca Central “desde 1957”. Apesar de rememorar tempos antigos, muitas dessas estão passando por processos de modernização, reestruturação e gourmetização. A banca do Holandês, por exemplo, que está a mais de 103 anos no Mercado, agora mantém duas bancas no local, uma que vende produtos à granel, importados e fiambres e outra que é denominada de “adega do Holandês”, dedicada exclusivamente à venda de bebidas alcoólicas nacionais e importadas, além disso possui uma nova filial fora do Mercado, localizada em um bairro nobre da cidade. Os donos anunciam o estabelecimento como “empório gourmet”.

A banca 26 está passando pelo mesmo processo, em meados de março estive no Mercado para fazer as observações finais da pesquisa e me deparei com uma loja totalmente modificada. Um arco de balões estava decorando a entrada do estabelecimento, na parte de dentro se avistada menos produtos, as estantes simetricamente organizadas, o volume de carne expostas também diminuiu, no chão não havia mais os papelões que eram utilizados para evitar que os clientes escorregassem em consequência do piso molhado. Acostumada a frequentar a banca, quando entrei lá depois da reforma tive a sensação de estar entrando em um supermercado. Depois de me impressionar com as mudanças, entrei nas redes sociais da loja e diversos *influencers digitais* estavam postando fotos e vídeos dos produtos recebidos da banca, que haviam sido enviados com o intuito de divulgar a (re)inauguração da loja. A carta que acompanhava os produtos anunciava “o novo *layout* da loja transforma a Banca 26 em um armazém contemporâneo, para uma experiência de compra mais agradável e aconchegante”.

Figura 8: Banca 26 após a reforma em março de 2023.



Fonte: *Facebook* da Banca 26

Voltando para a rua, o cenário no mercado externo é muito volátil, entre uma ação e outra da prefeitura os ambulantes tentam construir brechas para sua atuação desafiando os riscos de serem multados e/ou terem seus produtos apreendidos. Em frente a face do Mercado voltada ao sul, no largo chamado de Largo Glênio Peres, os vendedores de frutas e verduras expõem os produtos de maneira improvisada sobre caixas de madeira, geralmente embalam os vegetais em sacos plásticos e anunciam “qualquer pacote é 2”. Por ali também passam pessoas vendendo balas de goma, pipocas doces embaladas ou mandolates por um real. No largo também são vendidos, principalmente em frente à lotérica do Mercado, que possui ligação independente com a rua, uma espécie de bilhetes premiados comercializados só no Estado denominados de “Tri Legal” em referência a esta expressão muito utilizada pelos gaúchos.

Produtos para uso terapêutico também são oferecidos no largo, algumas vezes ao me aproximar do Mercado Público eu escutava uma voz grave masculina: “hematomas, capoeira, futebol, jiu jitsu...”. Trata-se de um homem vendendo “pomada peixe-boi”, ele listava uma série de benefícios do produto com propriedades cicatrizantes, analgésicas que, segundo ele, vêm da Amazônia. Em outro momento, avistei uma lona azul estendida no chão e pessoas reunidas ao redor, ao chegar mais perto visualizei diversos sacos preenchidos de ervas, sementes e chás expostos sobre a lona, um homem indígena que estava com um microfone preso ao pescoço anunciava os produtos, comercializada as ervas separadamente ou vendia um composto que ele mesmo produzia, depois de explicar os benefícios e a história do produto ele oferecia para os ouvintes uma “provinha” do chá.

Figura 9: Homem vendendo chás em frente ao Mercado



Figura 10: Ervas expostas no sobre lona azul.



Fonte: Elaborado pela autora.

Diversas famílias indígenas marcam presença nas imediações do Mercado, as crianças circulam livremente pelo interior do prédio. No lado de fora, algumas mães indígenas acompanhadas de crianças, se escoram nas paredes externas do mercado, sentam-se no chão e estendem um pano onde expõem artesanatos. Os Mbya Guaranis trabalham com o entalhe de madeira, costumam fazer esculturas com o material, esculpem bichos da floresta como corujas, onças, macacos, a feitura dos artesanatos está relacionada com a espiritualidade e cosmovisão Mbya Guarani, além dos bichinhos de madeira, expõem colares de sementes, cestos trançados com palha e maracás (chocalhos produzidos com porongo e recheado de sementes). Já as Kaingang costumam trabalhar com cipó, fazem cestos, filtro dos sonhos e outros tipos de objetos para decoração.

Além dos artesanatos também oferecem algumas espécies vegetais como mudas de orquídeas, cactos e bananinha-do-mato, uma espécie nativa da mata atlântica e do pampa que é muito utilizada para fins medicinais e para a feitura de xaropes. Na época de Páscoa as vendas das famílias indígenas aumentam pois é época de colheita de Marcela, cujo nome científico é *Achyrocline satureioides*, uma espécie nativa do sul do país consumida principalmente através de chás. Como muitas famílias indígenas residem em territórios com vegetação nativa preservada, elas fazem a colheita do chá e comercializam no centro da cidade. A procura por Marcela é grande neste período, pois a planta foi associada à tradição cristã da sexta-feira santa.

É comum também que as mães indígenas façam cartazes com um pedaço de papelão e escrevam frases pedindo auxílio. A presença indígena no Mercado Público é marginalizada, não há permissionários indígenas, não há funcionários indígenas, não há sequer uma banca comercializando artesanatos indígenas no Mercado Público. Aos

indígenas sob o chão, a rua, o lado de fora, ao passo que símbolos das suas tradições são vendidas sob outros vieses no lado de dentro. Por exemplo, o chimarrão foi transformado em um símbolo do Estado, as cuias e a erva-mate são vendidas em diversas bancas do Mercado, há lojas especializadas nestes produtos que contam com uma diversidade de tipo de erva-mate, diversas granulometrias e infusões. As cuias também ganham personalizações, com detalhes de miçangas de pérolas e gravação do nome a *laser*. Mas o saber-fazer do chimarrão é indígena, relacionado com as regionalidades do bioma local, era consumido em uma cuia de porrongo, a partir da infusão das folhas de erva mate com água e sugado com o auxílio de uma bomba (espécie de canudo de bambu). As populações ameríndias circulavam pelos territórios que hoje compreendem Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. O método tradicional de preparação da erva é denominado de Carijo (IPHAN, 2011) e a relação dos povos indígenas com a erva mate envolve dimensões sagradas e terapêuticas.

Ainda que as vinculações das populações indígenas com o Mercado Público não sejam o escopo central do trabalho trago essas reflexões pois durante toda a realização deste projeto fui afetada pela sacralização dos espaços, dos objetos, das plantas, das comidas, de muitos elementos entretanto, neste caso da erva mate analiso a dessacralização do produto no contexto do Mercado Público. Neste espaço, que é também um ponto turístico da cidade, uma “vitrine” do Estado para quem é de fora, a contribuição das populações e da cosmologia indígena é silenciada, quiçá refletindo o apagamento histórico dos povos indígenas junto à história do Rio Grande do Sul como um todo.

Voltando para a descrição do mercado externo: atualmente “casinhas” de madeira estão marcando presença no Largo, ali estão sendo comercializados arranjos de flores e plantas (conforme figura 11). Estas bancas localizavam-se em outra rua do Centro Histórico, mas estão provisoriamente vizinhas ao Mercado pois a via está passando por reformas. Violência, medo e tensão também permeiam as sociabilidades construídas no Mercado, no mês de novembro uma amiga e colega de curso me mandou o seguinte relato:

"Eu estava comprando um arranjo ali nas casinhas em volta do mercado até que uma pessoa em situação de rua de aproximou, logo o comerciante não hesitou em dar um chute nas pernas do outro homem, este saiu do estabelecimento mancando mas sem esboçar grandes reações corporais. O comerciante se justificou para mim dizendo que aquela pessoa em situação de rua já era conhecida área, que não dava pra “bobear” com ela”

Figura 11: Comércio de flores no Largo do Mercado.



Fonte: Mateus Bruxel / Agencia RBS (junho de 2022)

O Largo do Mercado é um espaço de disputas religiosas também, por ali concentram-se evangélicos, acompanhados de bíblias, cartazes ou panfletos, eles marcam presença e dialogam com os pedestres. As obras também são uma constante: caminhões, equipamentos, andaimes, ruídos, sinalizações e crateras no chão compõem o cenário externo. No último ano, por exemplo, o chafariz do Largo foi revitalizado.

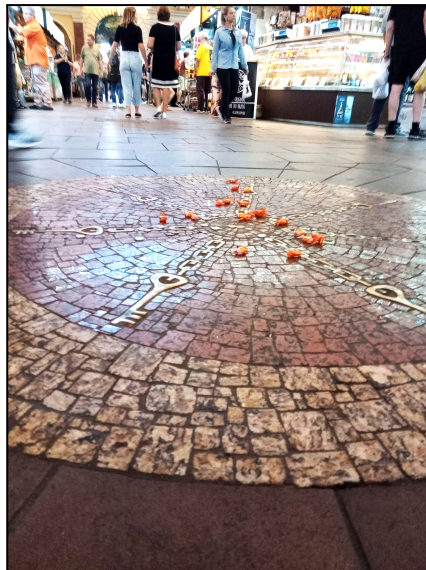
Por fim, após costurar dados acerca da história do Mercado Público, mesclando cenas do trabalho de campo e a descrição da parte externa do local, conclui-se essa seção frisando as continuidades físicas e materiais envolvidas nos processos que ocorrem no Mercado Público e no seu entorno. Com a extinção do Largo da Quitanda, minimizou-se também relações de sociabilidades estabelecidas no centro dessa antiga Porto Alegre, que seguiu cada vez mais os padrões europeus de urbanização. Com a consolidação do segundo mercado, queria-se que as relações comerciais seguissem restritas a esse espaço, mas “não cabia todo mundo”, então os tabuleiros (associados às negras minas) foram sucumbidos do lado de dentro, não restava mais a rua, muito menos o mercado edificado, sobrou assim o deslocamento do centro da cidade (PANTOJA, 2014). Atualmente, no século XXI, os apelidados “ambulantes” são alvo da Prefeitura Municipal, como é o caso de Rogério e diversos outros vendedores volantes exemplificados ao longo desta seção, e na imprensa local seguem sendo divulgadas reportagens que documentam as operações de repressão.

Para concluir essa seção, trago mais um elemento, um relato do diário de campo para corroborar acerca das continuidades dentro-fora do Mercado. Naquele dia chuvoso e nublado que encontrei Rogério, observei também este aspecto fluído de divisão (ou não) entre a rua e o Mercado Público através das pessoas que circulavam pelo prédio. Muitos pedestres entravam apressados no espaço, segurando os seus guarda-chuvas abertos e “esqueciam-se” de fechá-los, mesmo depois de atravessarem as entradas do prédio. Eu estava perto de duas seguranças e foram diversas vezes, em um curto período de tempo,

que elas iam ao encontro das pessoas pedindo-lhes que fechassem os seus guarda-chuvas. Considero que as memórias, os elementos materiais do prédio e a influência de Bará incidem nesses “atos falhos”: o piso/a calçada, o pé direito alto que rememora tempos não tão longínquos em que o interior do local não era coberto e a própria característica da entidade que rege o mercado, um orixá associado à rua e aos caminhos. Na próxima seção a discussão será conduzida para a encruzilhada.

2. AQUILO ALÍ É NOSSO ESPAÇO: O COTIDIANO NA ENCRUZILHADA

Figura 12: A encruzilhada, balas de mel e as pessoas.



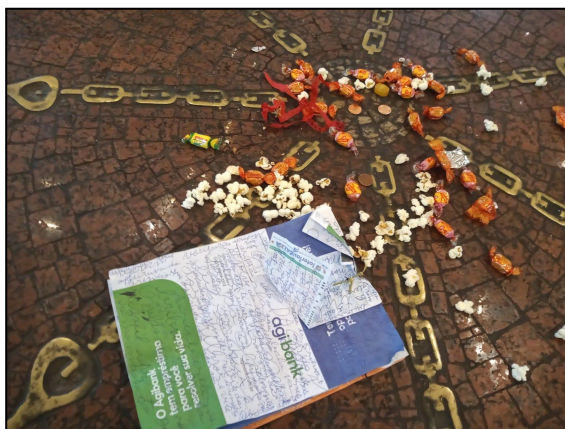
Fonte: Elaborado pela autora (outubro/2022)

Na parte de dentro do Mercado as coisas acontecem de forma muito dinâmica também, o cenário muda em questão de segundos, muita gente, muitos interesses, a certeza é o movimento. Desde pequenas aglomerações a eventos maiores ocorrem sem aviso prévio. A encruzilhada é um local de trocas, nada permanece lá, onde Bará faz morada a inércia é repudiada: “Bah eu enlouqueço se trabalhasse todos os dias com um movimento desse” desabafou o funcionário da banca 26 no dia posterior ao natal, depois de uma data importantíssima para o comércio local a falta de movimento lhe causava angústia. Aliás como a banca 26, muitas lojas são reconhecidas pela numeração sequencial que as organiza no interior do prédio (conforme Figura 7: planta baixa do Mercado), a exemplo das banca 10, banca 13, banca 26 e banca 40 que não possuem outro nome além deste vinculado ao número.

Das diversas vezes que cruzei o assentamento de Bará assisti lhe serem ofertadas balas, dinheiro, palavras, saudações, flores, maçã, pipocas, fitas vermelhas, cigarros, recados... Na imagem 13, há o registro fotográfico de palavras endereçadas à Bará

deixadas na encruzilhada, sobre um folder de um banco comercial e de um bilhete da loteria federal alguém escreveu palavras destinadas à divindade. Além de Bará muitos seres humanos também usufruem do que foi ofertado. Algumas pessoas recolhem as moedas ali depositadas e deixam outras moedas, outras pegam as moedas e oferecem uma saudação ao orixá, há quem se abaixe, recolha as moedas e não esboce mais reações.

Figura 13: Pipocas, moedas, balas, fitas e palavras sobre a encruzilhada.



Fonte: Elaborado pela autora (dezembro/2022)

E além do Bará as crianças também são protagonistas, muitas delas quando passam pela encruzilhada se surpreendem com os achados no chão, ficam eufóricas, chegam a pular de alegria ao tocarem as moedas, a segunda reação é ir mostrar o tesouro para os pais, a reação destes varia, alguns ficam indiferentes contudo, a maioria repreende-as e determina que devolvam aquilo o mais rápido possível, as crianças ficam confusas e logo devolvem as moedas ao local onde havia pego. Também circulam por lá as crianças não acompanhadas pelos pais, crianças indígenas, por exemplo, que sem mais o encanto do inesperado, passam recolhem as moedas e sabem o valor delas para completar o valor de uma compra. Bará é travesso, ele prega peças, ele brinca com os limites “ele pode fazer coisas extraordinárias como, por exemplo, carregar, numa peneira, o óleo que comprou no mercado, sem que este óleo se derrame desse estranho recipiente!” (VERGER, 1997, p. 12). Ademais a qualidade do Bará assentado no Mercado Público de Porto Alegre é de um Bará criança dono do mercado: Bará Agelú Ọlòjà. Ele come mel e está ligado com os orixás de praia como Oxum, Iemanjá e Oxalá, sendo assim, ligado também aos cursos d' água (QUEIROZ, 2022; NETO, 2020).

Presenças marcantes no cenário da encruzilhada também são das pessoas que fazem a limpeza e a segurança do espaço. Quase sempre há um segurança, homem ou mulher, posicionado bem perto da encruzilhada, aquele é um local estratégico pois permite a visualização das quatro principais entradas do Mercado. Já a equipe responsável pela limpeza do local, circula pelo mercado com uma vassoura e uma pá, recolhem dejetos do

chão e voltam ao ponto central para depositar os resíduos da varrição no contêiner e também para conversar com os colegas que estão ali parados. Esses funcionários da limpeza também, por vezes, mexem na posição das moedas de Bará, eles varrem as moedas para o centro do mosaico, estabelecem uma certa “organização” a elas.

Certo dia me posicionei ao lado de uma segurança e puxei assunto com ela, logo em seguida parou um homem com seu carrinho de mão que utilizava para transportar dois *coolers* onde armazenava as garrafas de água que comercializava. Ele vendeu uma garrafa para a segurança, guardou o dinheiro e se direcionou ao mosaico, se abaixou recolhendo as moedas que estavam ali, se despediu da segurança - que parecia estar muito habituada com aquela situação - tornou a dirigir seu carrinho para fora do Mercado.

Depois de circular pelo primeiro andar fui para o andar de cima, utilizei o banheiro público e depois comecei a observar as redondezas do mercado através de uma grande janela desse segundo andar, havia um homem em situação de rua sentado no chão, carregava um grande saco de plástico, eu já havia visto ele recolhendo moedas da encruzilhada, agora ele estava do lado de fora do mercado, segurou as moedas nas mãos, contou o valor acumulado e depois guardou-as no bolso da calça.

Já com a intenção de ir embora passei novamente pela encruzilhada, lá estava Joana ela fez uma saudação e depois se abaixou para pegar as moedas, ela puxou papo comigo, logo disse “dizem que o mercado pegou fogo por falta de oferenda”, eu reagi e ela continuou: “é só tu procurar no google tu vai ver, a gente que é de fora só observa”. Ela parecia uma pessoa em situação de rua, disse que utilizaria o dinheiro para comprar um pastel depois, enquanto ela falava comigo também olhava para os lados como se estivesse em busca de alguém, até que ela falou rindo “deu certo a oferenda, peguei as moedas e perdi meu marido”.

“A gente que é de fora só observa”, essa frase recitada por Joana reverberou na minha mente. Ela nos colocou na posição de pessoas de “fora”, restando para nós a observação. Pensando bem, ela poderia estar descrevendo meu trabalho como pesquisadora por exemplo, mas naquele contexto ela nos colocou em uma posição fora da religião⁷, de certa forma enquanto estrangeiras à sacralização daquele espaço. Entretanto há contradições pois além de observar, ela interagiu com Bará, pegou as moedas e lhe fez oferendas. De forma jocosa ela ressalta o poder da divindade ao notar que a pessoa que lhe acompanhava havia sumido do espaço.

Nesta pesquisa, a descrição do cotidiano toma um local central pois é misturado a ele que o sagrado emerge no Mercado Público, a cada moeda atirada o axé é renovado, a cada pessoa que busca respostas para as chaves que compõe o mosaico a divindade é

⁷ No contexto gaúcho comumente quando fala-se que alguém é de religião, sem maiores complementos, está se referindo às religiões de matriz africana.

refeita, a cada objeto votivo adquirido os cultos são alimentados. O cotidiano é pensado como via de análise para diversos estudos sobre religiões afro-brasileiras, especialmente acerca do candomblé, por autores como Miriam Rabelo, Marcio Goldman e Roger Sansi. Ao contrário deles, entretanto, esta pesquisa é construída olhando da rua e não vice-versa.

Goldman (2005) sugere que, de certa forma, o antropólogo deve proceder em campo de forma similar ao aprendiz no Candomblé: de maneira gradual, a partir da intensa convivência, adaptando, é claro, ao tempo mais enxuto das pesquisas. O autor compara o aprendizado no candomblé com o processo de catar folhas:

Aquele que deseja aprender alguma coisa no candomblé sabe muito bem, e desde o início, que é inútil esperar ensinamentos prontos e acabados de algum mestre, e que deve tratar de ir reunindo, pacientemente, ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali, com a esperança de que, em algum momento, esse conjunto de saberes adquira uma densidade suficiente para que com ele se possa fazer alguma coisa. A isso se denomina "catar folhas", e essa concepção se articula com o fato de o saber e o aprendizado serem colocados sob o signo dos orixás Ossâim e Oxóssi, o senhor das ervas e o caçador, pois aprender é, acima de tudo, uma busca e uma captura, que envolvem, claro, um risco. (GOLDMAN, 2005, p. 109)

Fui a campo como pesquisadora, mas também como aprendiz, não fui ao Mercado para coletar dados ou respostas prontas; os conhecimentos ali agregados foram se "revelando" a partir dos meses de vinculação, a cada diário de campo escrito começava a perceber repetições ou rupturas nas histórias e nas ações. O dia a dia do Mercado é repleto de densidades passíveis de apreensão e o sagrado, objeto de estudo desta pesquisa, se faz a partir da reiteração cotidiana. A seguir vamos esmiuçar e dimensionar o sagrado manifestado no Mercado.

2.2 Sílvia de Iemanjá

Na entrada do Mercado Público voltada para a praça XV, uma senhora negra, que utiliza pano na cabeça, saia e, quase sempre, roupas azuis, marca presença. Ela carrega consigo uma cesta cheia de saquinhos feitos com tecidos coloridos, esses preenchidos com arroz e carregados de axé⁸, e repete a seguinte frase: "qualquer valor, qualquer moeda". Quase todas as vezes que fui ao mercado realizar trabalho de campo fazíamos essa troca, eu lhe entregava algum valor e ela alcançava um saquinho. Na primeira vez, ela escolheu um saquinho de cor azul, amarrado com fios rosa e marrom, e em sua cesta também havia um frasco rosa de água de colônia. Ao me entregar, lhe perguntei o que deveria fazer com o objeto: "guarda na tua bolsa ou mochila para que a mãe Iemanjá te proteja", agradei e segui para a encruzilhada. Ela é Sílvia de Iemanjá, figura icônica do mercado.

⁸ Axé ou àse (yorubá) é força vital de acordo com a Iyalorixá Vera Soares.

Na reabertura do Mercado Público, depois de mais de um mês fechado durante a pandemia de covid-19, Sílvia foi uma das primeiras pessoas a saudar Bará. Em reportagem para um jornal local, ela relatou: “O Bará foi a primeira coisa plantada aqui, faz parte da nossa raiz, nos dá o caminho para seguir a vida. Eu agradei o que ele me deu de bom, pedindo que me dê saúde, prosperidade e caminhos abertos.” (ZERO HORA, 2020). Na fotografia abaixo, vinculada à reportagem, registra-se Sílvia reverenciando o Bará do Mercado Público, sua cesta está posicionada ao lado da encruzilhada.

Figura 14: Silva de Iemanjá reverência Bará.



Fonte: Lauro Alves / Agência RBS (agosto/2020)

Sílvia vai ao mercado de segunda a sábado, chega cedo e vai embora no final da tarde. Na maior parte do tempo, ela permanece sentada em uma cadeira de madeira que é posicionada junto à porta do mercado, em caso de chuva, ela desloca a cadeira um pouco mais para dentro. Me causava estranheza chegar no mercado e não lhe avistar, mas notar que sobre a cadeira estava o seu cesto indicava que ela estava na área, por vezes sentada em outro lugar, conversando com alguém, ou em meio a uma saidinha rápida.

Tinham dias que muitas pessoas conversavam com Sílvia, mas também havia dias em que o movimento era mais morno, nesses dias, geralmente, ela mexe em seu celular para passar o tempo. Durante o trabalho de campo meu contato com Sílvia foi breve, muito observadora, ela era mais contida com as palavras. Na reta final do trabalho de campo, me apresentei como pesquisadora e realizamos uma entrevista na porta do Mercado mesmo. Neste dia, como em todos os outros que nos encontramos, a conversa foi iniciada com a troca do saquinho colorido cheio de axé.

Figura 15: Sílvia de Iemanjá sentada na porta do Mercado.



Fonte: Elaborado pela autora (março/2023)

Silvia frequenta o mercado há 25 anos e mantém uma boa relação com os mercadeiros e permissionários, “a gente nunca brigou, nunca discutiu, nunca tivemos nenhuma adversidade, nenhuma, me dou com todos”. Contudo, apesar dessa relação amistosa que mantém com donos e funcionários das bancas do Mercado, ela relata que nem todos respeitam as manifestações religiosas que ocorrem lá: “outros já não é da religião deles e aí já cria-se um obstáculo”, ela cita o nome de uma banca e continua:

“A senhora dali não é muito a favor, mas **como ela é mercadeira ela tem que aceitar, porque aquilo ali é o nosso espaço**, tanto é que quando a gente faz obrigação, o primeiro lugar onde a gente vem é no Mercado, que é daqui o nosso caminho, nosso destino tá traçado aqui, aí daqui começamos a visitar as águas, entendeu!? Que é Oxum né, as águas de Oxum, é pra ela dar o êxito para nós. O passeio passa por aqui, na orla e na Igreja do Rosário. Onde é a Igreja do Rosário foi uma senzala, então ali tem nossos antepassados, então a gente vai ali agradecer, a mãe Oxum de tudo de bom que ela deu pra gente, ou de ruim. O ruim foi pra ti melhorar e o bom é pra ti seguir em frente

[...]

Aqui é o nosso sagrado, aqui mora o Bará, o dono do nosso caminho e o dono da vida, ele é o senhor do pênis, senhor que dá a vida. Porque isso aí é um marco da nossa religião, aqui já foi uma senzala, já foi mercado dos negros, então tudo isso influi.”

Silvia cita o ritual de passeio, momento em que o recém iniciado no batuque vai ao Mercado Público acompanhado de sua nova família-de-santo, para que, junto ao Bará, o

novato possa começar esta nova caminhada, neste corpo aprontado⁹ com orixá. Além de Bará, Sílvia cita diversas vezes Oxum, deusa das águas doces, essa divindade feminina tem posição central no ritual de passeio e ela, ao lado de Bará, protege Porto Alegre como um todo (QUEIROZ, 2022). Para saudar e agradecer a Oxum, o ritual acaba em uma praia, em geral no Cais Mauá, em frente ao Mercado (QUEIROZ, 2022).

Para a comunidade negra porto-alegrense e rio-grandense, o Mercado figura como um contínuo espaço-temporal, estando permeado de referências míticas e históricas (Queiroz, 2022). Ao falar do Bará, por exemplo, Sílvia de Iemanjá relembra o passado, dialoga com a sua ancestralidade, rememora os seus descendentes. Ao dizer que a encruzilhada “é nosso espaço”, ela defende que, muito antes dessa mercadeira impor obstáculos para a ritualização do espaço, a divindade afrodiáspórica já havia sido plantada.

Além do Mercado, outros territórios centrais da cidade de Porto Alegre como a Alfândega, a Redenção, a Cidade Baixa, a antiga Ilhota e o Areal da Baronesa de Gravataí (QUEIROZ, 2022) eram ocupados majoritariamente por comunidades negras. A população afrodescendente que os habitava, especialmente entre as décadas de 1930 e 1970, passou por dolorosos processos de desterritorialização e gentrificação (MARQUEZ, 2017; QUEIROZ, 2022). Queiroz (2022) sugere que, durante o ritual de passeio, o contínuo espaço-temporal batuqueiro é ampliado novamente para toda a região central, renovando o axé da própria cidade.

Citando Mãe Norinha, Anjos (2007) assume que na memória repassada de geração em geração, os lugares de presença negra no atual centro da cidade eram verdadeiros quilombos e ainda que processos de urbanização mirem o afastamento das populações negras e pobres do centro da cidade, a memória coletiva negra em Porto Alegre é recontada, especialmente por afro-religiosos. Sílvia de Iemanjá, religiosa e comerciante, assume que a historicidade negra associada ao Mercado Público influi na sua importância no presente. Sílvia ainda pontua a relação dos afrodescendentes com outro espaço do atual Centro Histórico: a Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Incipientemente, vale ressaltar que as vinculações entre as populações negras e a Nossa Senhora do Rosário são frequentes no território brasileiro como um todo; já especificamente em Porto Alegre, a Igreja em homenagem a santa foi construída no início do século XIX e era gerida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, criada em 1786 e formada em sua maioria, no período inicial, por pessoas negras, escravizadas ou libertas. (GIUMBELLI, HEBERLE, KERBER, 2015). Na igreja, dança, canto, percussão, reis e rainhas negros participavam do culto afro-católico que além da dimensão religiosa também contribuía nos processos de ascensão social da população negra daquela época (VIEIRA,

⁹ A iniciação no batuque é chamado de “fazer a cabeça”, “se aprontar”, “aprontar o santo”, “fazer o santo” (ANJOS, 2006, p. 78)

2017). Passado os anos, a antiga Igreja do Rosário foi demolida e a irmandade perdeu o papel de centralidade na gerência do espaço, contudo a representação dos negros é marcada na fachada da nova construção e a cada ritual de passeio a presença negra no espaço é reforçada, a circulação dos batuqueiros no local alarga a reterritorialização negra no centro da cidade. As sociabilidades negras estabelecidas com a cidade agregaram vinculações sagradas, religiosas e também militâncias políticas, como apresentado a seguir.

Ao passo que a circularidade afro-religiosa no espaço público edifica presenças, é aparente a falta de monumentos, bustos e estátuas negras na cidade (ANJOS, 2007). Associações e coletivos elaboram estratégias para ampliar a disseminação acerca das contribuições negras nos territórios. Como já citado anteriormente, o Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre é um desses projetos que visa (re)enegrecer pontos centrais de Porto Alegre.

Durante o trabalho de campo, no dia 20 de agosto percorri, acompanhada de um grupo de pessoas, alguns pontos do Museu. O itinerário foi desde a encruzilhada do Bará do Mercado, passando pela Igreja do Rosário, pelo relógio da casa Masson, pela Esquina Democrática (Esquina Zaire), pela Praça da Alfândega (Largo da Quitanda) e finalizando na exposição Presença Negra que estava sendo exibida no MARGS (Museu de Arte do Rio Grande do Sul). Neste dia a caminhada tinha uma motivação especial: “Nos Passos de Oliveira Silveira: caminhada pelos pontos significativos da comunidade negra no Centro de Porto Alegre, em homenagem ao aniversário do mestre Oliveira Silveira”¹⁰.

Exú elegbará agô abram os caminhos da gente, exu elegbará agô luz para todos presentes! Em memória do escritor, intelectual e ativista negro Oliveira Silveira, o grupo pediu licença e presença de Bará para homenagear a trajetória deste homem gaúcho que foi um dos fundadores do grupo Palmares, associação negra que atuou, dentre outras diversas frentes, para a consolidação do dia 20 de novembro enquanto dia de luta, resistência e consciência negra.

Entre as organizadoras do evento estava Naiara Silveira, filha do poeta e Daniele Vieira, pesquisadora referenciada durante esta pesquisa. No espaço do Mercado alguns participantes leram poemas, lembraram a trajetória e o legado do poeta e compartilharam histórias. Após a abertura dos caminhos, iniciamos a caminhada. Naiara contou que o seu pai, aos sábados costumava reunir um grupo de pessoas, amigas e conhecidas para percorrer aquele mesmo itinerário, recontando as memórias de tais espaços e evidenciando o protagonismo negro na construção da cidade. A comemoração do aniversário desse grande intelectual teve início no Mercado, local muito frequentado não só por Oliveira mas por outros milhares de ativistas negros que, entre outras vinculações com o espaço,

¹⁰ Esta frase foi retirada de um cartaz de divulgação do evento que foi organizado pela Associação Negra de Cultura - ANdC e pelo coletivo Sopapo Poético.

utilizavam-o como palco de articulações políticas. As análises sobre sagrado, memória e política, no sentido mais amplo do termo, serão correlacionadas logo em seguida com partes da entrevista realizada com Iara Rufino e mais adiante com o ritual de bate folhas e o encontro com a Iyá Vera.

2.3 Dona Iara: única permissionária negra do Mercado

“Frequentadora do Mercado eu não era. Eu sou permissionária há 15 anos, estou aqui desde 2008. Era feirante, fazia feira, carnaval, feira de Navegantes, rodeios, feira do pêssego (Vila Nova), economia solidária, eu vim da economia solidária. Eu participava de todas as feiras, aí eles reconheceram o meu trabalho, perguntaram onde era meu espaço de trabalho, eu disse que eu não tinha, que eu morava na Zona Norte onde era minha casa, e eles perguntaram se eu queria um espaço centralizado. Eu fiquei 'como assim?', 'tu faz um projeto, pedindo espaço centralizado, como, por exemplo, Mercado Público, Mercado do Bom Fim ou escadaria da Borges'. A gente pediu o Mercado Público, porque nós somos uma associação, a gente vem de uma associação. A gente pediu o Mercado Público, mas isso levou cinco anos, a gente nem acreditava mais, foi em 2003 que eles ofereceram pra gente, em 2008 a gente veio. Nas outras feiras eu vendia sorvete, torta, café só vendia no carnaval. A produção de sorvete sempre foi própria, a gente nunca comprou sorvete pra revender, sempre foi produção própria.”

A entrevista com Iara - única permissionária negra do Mercado Público e dona da sorveteria e cafeteria Beijo Frio - começou assim, ela contou sua trajetória nas feiras livres até conseguir um espaço na área central da cidade, onde pode comercializar seus produtos. No início dos anos 2000, Iara e outras mulheres também moradoras da Zona Norte da cidade formaram uma associação, juntaram-se e começaram a produzir e comercializar alimentos em diversas regiões da cidade. Em 2008, em parceria com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (Smic), inauguraram o espaço no segundo andar do Mercado.

Depois de alguns anos ocupando o Mercado Público, elas realizaram uma reforma na loja “para esperar a copa em 2014 que ia sediar aqui em Porto Alegre”, contudo, no ano de 2013 o local sofreu um incêndio que destruiu toda a sorveteria. Sem ressarcimento financeiro às perdas, Iara e os demais comerciantes do segundo piso estabeleceram um comércio provisório no saguão de eventos do Mercado, e por lá seguiram durante nove anos. Em 2022, Iara finalmente pôde voltar a ocupar uma loja de 90 m² no segundo andar do Mercado, mas para isso ela precisou de apoios, organizou uma campanha *online* para arrecadação de fundos e recebeu uma quantia em dinheiro fruto de uma ação social

realizada por associados da Frente Negra Gaúcha (FNG). A figura 16 registra a entrega da arrecadação financeira à Iara, proprietária da sorveteria Beijo Frio.

Figura 16: Iara e associados da FNG em frente à sorveteria.



Fonte: Site da Frente Negra Gaúcha (setembro/2021)

Dona Iara conta que teve que vencer diversos desafios, desde a arrecadação dos fundos iniciais para começar a produção própria de sorvetes, depois para montar a primeira loja física, para que pudesse recomeçar a estrutura após o incêndio e, mais recentemente, para reorganizar a loja atual no segundo piso. Além disso, desde que começou a manter a loja no Mercado Público, Iara se vinculou a uma rede de sociabilidades dos permissionários, agregando-se nas dimensões políticas e administrativas do local. Abaixo apresento um trecho da entrevista em que ela fala acerca das possibilidades de privatização do espaço:

“Ele não pode ser privatizado porque eles querem que isso seja que nem shopping, não pode, todos os lugares, os outros Estados tem Mercado Público, nós temos que segurar sim, da outra vez, no outro governo, olha o que a gente correu, olha o que a gente suou, é abaixo-assinado entendeu, lista de abaixo-assinado e conseguimos estar aqui até agora, porque senão já tava na mão do poder privado.”

Em 2020, na gestão passada, a prefeitura propôs um edital de concessão do Mercado que movimentou uma série de ações, entre elas a criação de um abaixo-assinado contra a privatização, conforme cita Iara. Vitor Queiroz (2022), durante a pesquisa em que analisou e estabeleceu relações entre dois contextos afro-religiosos (Bará do Mercado de Porto Alegre - RS e o Bêmbê do Mercado de Santo Amaro da Purificação - BA), acompanhou o lançamento do edital de concessão do Mercado Público à iniciativa privada. A partir dos desdobramentos do edital, o pesquisador foi envolvido em diversas ações político-rituais junto com redes de pessoas e associações, em prol da defesa do Mercado. Administração pública, associação de mercadeiros, associações afro-religiosas, políticos e

iniciativas privadas envolvem-se nas disputas pelo Mercado. No fim, ainda que em 2020 os planos de privatização foram embargados, a batalha judicial e cosmopolítica em torno desse território está longe de terminar (QUEIROZ, 2022).

Em 2022, o atual prefeito da cidade, Sebastião Melo, na inauguração do segundo piso do Mercado, anunciou: “É um reencontro do mercado com a cidade. Resultado da soma do trabalho coletivo entre prefeitura, permissionários e iniciativa privada. Ainda temos frentes a investir e seguiremos trabalhando para qualificar e devolver o local cada vez melhor para a população” (TOMASI, 2022). No dia da cerimônia, 9 anos após o incêndio, o prefeito estava acompanhado pelos comerciantes que reinauguraram as suas lojas no segundo piso, entre eles Iara. Ao passo que a única mercadeira negra do local defende ferrenhamente o uso público do Mercado, enquanto comerciante da “parte de dentro”, ela também precisa negociar e articular-se com agentes da Prefeitura, secretários, burocracias e outros artefatos alinhados aos interesses da iniciativa privada.

Por outro lado, a sorveteria Beijo Frio está se consolidando como mais um ponto de encontro da população negra no centro da cidade e também vêm sendo utilizado como um espaço de articulações políticas: além da presença marcante da Frente Negra Gaúcha, seja apoiando a reforma do espaço (como citado anteriormente) ou posteriormente comemorando a inauguração da loja, os membros da Bancada Negra Gaúcha¹¹, filiados politicamente a partidos de esquerda, também frequentam e divulgam o espaço coordenado por Dona Iara.

Além disso, ainda que Iara assuma não possuir vinculações religiosas, ela entende a potência da atuação da divindade no espaço do Mercado: “mas eu acho que isso aqui é do Bará, então é ele que manda, entra quem quer, sai quem ele quer, então acho que são coisas que não se mexem”. Independente da gestão governamental, a regência da divindade permanece atuando. Bará rege o Mercado Público como um todo, mas sobre a sorveteria Beijo Frio há uma dupla influência ritual afrodiáspórica: do senhor do Mercado e também de Xangô, que é lembrado na loja de Iara através da pintura de um machado na parede. Ela relatou durante a entrevista:

“Eu não tenho vinculação religiosa, aqui cada um com sua religião, não me interessa se é o crente, se é o batuqueiro, umbandista, o que queremos é clientela né. Agora eu tenho meu orixá que eu respeito muito, já botei na minha porta que é o Xangô Corisco, mas isso é meu, particular meu.”

¹¹ Nome comumente utilizado para referenciar o grupo de vereadoras e vereador negros eleitos em Porto Alegre nas eleições de 2020. Ainda que os integrantes Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito e Matheus Gomes não sejam filiados ao mesmo partido político, eles alinham-se aos ideais políticos de esquerda e agregam-se conjuntamente em diversas batalhas sociais da cidade de Porto Alegre.

Assim, o sagrado se faz presente e adquire outros contornos no segundo piso do Mercado. Iara deixa explícito que abre a porta da sua sorveteria para todos, mas marca o seu espaço com simbolismos associados a manifestações de matriz africana. O orixá particular de Iara e seu corpo negro ocupando a parte de dentro do Mercado Público transcendem a sua trajetória pessoal e mobilizam uma rede de variadas pessoas, associadas ou apoiadoras dos movimentos negros gaúchos. Na figura 17, Iara está inaugurando a loja nova do segundo piso.

Figura 17: Iara na inauguração da nova loja da sorveteria Beijo Frio, no segundo andar do Mercado.



Fonte: Marcos Pereira (setembro/2022)

2.4 Bate folhas do Mercado

A partir do meu envolvimento com Bará e com o Mercado, cada dia mais constante e regular, vi os elos de ligação se intensificarem com esses entes. Seja pela minha própria presença mais regular no Mercado; por amigos, parentes e conhecidos que sabiam da pesquisa e compartilhavam comigo novidades, fotos e notícias relacionadas ao Mercado e/ou no ciberespaço, com os algoritmos “facilitando” a chegada até mim de conteúdos vinculados à pesquisa. O fato é que eu tive muitas parcerias de pesquisa, não só humanas. Sendo assim, por meio do compartilhamento de uma reportagem em uma rede social, fiquei sabendo de uma celebração que ocorreria na encruzilhada do Mercado Público:

“O tradicional Bate Folhas da Virada vai ocorrer entre os dias 28, 29 e 30 de dezembro, das 10h às 18h30, no Bará do Mercado Público de Porto Alegre. No monumento em homenagem ao orixá que, para os praticantes das religiões de matriz africana, detém as chaves para abrir os caminhos, benzedeiras e erveiros estarão realizando banhos de purificação energética e oferecendo conselhos para o ano de 2023. Local de referência religiosa, o Mercado Público faz parte dos rituais afro-brasileiros desde a sua fundação. Yalorixá Iyá Vera Soares, liderança do Centro Memorial de Matriz Africana 13 de Agosto, é memória viva do conhecimento ancestral vivenciado e repassado por gerações” (AGUIAR, 2022).

Me organizei e consegui estar presente no local logo no primeiro dia de bate folhas. Cheguei ao Mercado Público por volta das 17h e o cheiro de arruda preenchia o ambiente. Muita gente aglomerada no centro do local, havia quatro filas de pessoas esperando para receber o axé. Fui me aproximando do miolo do Mercado Público e avistei um gazebo branco, na encruzilhada havia balas de mel, moedas e um cesto revestido com um pano vermelho. Havia também três manequins vestindo roupa de santo, “protegendo” a encruzilhada. Dois manequins maiores, um representando Oxalá e outro representando Oxum, além de um manequim menor que representava Bará criança, referenciando Bará Agelú Oloojá, a divindade dona do Mercado.

Oxalá estava vestindo branco, usava pulseiras com brilhos e segurava na mão esquerda um cajado de madeira e na mão direita um opaxorô, uma espécie de cajado branco contendo três discos e uma pomba no topo. Oxalá é um ancião, utiliza destes mastros para apoiar-se em suas caminhadas, além disso “a ferramenta Òpásòrò, considerada apoio de Osalá, foi a divisória dos dois mundos ‘Céu e Terra’, distinguindo os dois patamares da criação dos seres humanos” (T’ÒSÚN, 2012, p. 291). Já Oxum, divindade feminina, vestia amarelo, utilizava uma coroa na cabeça e balangandãs que cobriam sua face. Bará criança estava vestido com roupas vermelhas e adereçado com corrente no pescoço. Na fotografia abaixo, vê-se a imagem dos orixás e a fila que se formava para receber o axé.

Figura 18: Os orixás e a encruzilhada nos últimos dias do ano de 2022.



Fonte: Elaborado pela autora (dezembro/2022)

As pessoas que organizavam o evento estavam vestidas, majoritariamente, de branco, algumas utilizavam panos de cabeça. Ao realizarem o “atendimento” chamavam a próxima pessoa da fila, perguntavam seu nome e passavam pelo seu corpo um punhado de

folhas, como arruda e espada de são jorge, seguidamente molhavam esse punhado de folhas em uma bacia preenchida com água e ervas maceradas. Durante o ritual recitavam palavras de boa sorte e pediam a proteção das divindades.

Estava esperando para participar do ritual até que passou um rapaz perguntando para que era aquela fila, a mulher que estava na minha frente respondeu “para tomar passe”, o homem foi embora, então a mulher se dirigiu para mim e falou “ia ser pra que?! Para pular de asa delta?”. Aquela pergunta lhe soou redundante perante o cenário que se apresentava, de certa forma, aquela cena é recorrente no espaço do Mercado Público e o questionamento tornou-se cômico.

Chegou a minha vez, botei minha bolsa no chão, só em um contexto como este me senti um tanto segura para fazer tal ação. Uma senhora negra com um pano branco na cabeça começou a passar o punhado de folhas pelo meu corpo e, enquanto passava as folhas, pedia a proteção de Oxalá e Oxum. Ela vestia blusa e saia branca. Benzeu a parte da frente e depois pediu que eu virasse. Ao finalizar, perguntou-me se eu gostaria de colocar a segurança (um conjunto de fios que é imerso naquela mesma bacia com folhas maceradas e que é amarrado no pulso ou no tornozelo da pessoa), respondi de maneira afirmativa e entrei em outra fila.

O nome sugere o que aquele “amuleto” visa atrair, há uma série de sentimentos atrelados à colocação daquele singelo material. Ali no Mercado Público acompanhei muitas pessoas retirando a segurança antiga e colocando uma nova. Entrei em outra fila para pegar as fitinhas, me direcionei para perto da bacia, um homem branco amarrô a fita no meu pulso, eu deixei uma contribuição em dinheiro no cesto e sai. Direcionei o olhar para as figuras dos santos e tinha uma mulher beijando a mão de Oxalá.

Depois disso, subi para o segundo andar do Mercado para observar o bate folha sob outra perspectiva, pelas janelas do local entrava a luz do sol, os raios atingiam a encruzilhada, refletiam também nas frutas expostas da banca 10, os feixes de luz de final de tarde traziam um tom idílico para o Mercado Público. Fiquei lá por um tempo observando o fluxo de movimento.

Figura 19: O bate folhas da Virada.



Fonte: Elaborado pela autora (dezembro/2022)

Em determinado momento, observei lá de cima uma mulher com uma câmera profissional nas mãos, ela iniciou uma conversa com um homem que estava próximo à encruzilhada. Depois começou a fotografar o ritual, ela também estava realizando uma pesquisa acadêmica. A presença de estudantes e pesquisadores é recorrente na encruzilhada, além da divindade mobilizar interesses acadêmicos, especialmente no campo das ciências sociais, o mosaico também agrega o roteiro de diversas excursões escolares.

Pensei que deveria descer, me aproximar novamente da encruzilhada, até que a pesquisadora, o homem com quem ela havia falado e Dayo, homem negro, de cerca de 40 anos de idade, filho de santo de Iyalorixá Vera Soares, subiram. Eles se posicionaram bem ao meu lado e começaram a conversar, virei meu corpo e comecei a participar da conversa também. Dayo começou a compartilhar sobre as batalhas que são enfrentadas para que aquele espaço possa ser ocupado por eles, pelo povo de axé que cultua os orixás. Ele relatou que naquele dia, primeiro dia do bate folhas, quando o grupo da organização do ritual se instalou na encruzilhada, os mercadeiros de duas bancas - ele fez questão de apontar para as bancas - se mostraram desgostosos com o evento. Em contraponto, quando há qualquer ameaça da Prefeitura e/ou do setor privado em direção à privatização do Mercado Público ou à perda do direito dos mercadeiros: “o telefone de Iyá Vera não para de tocar, é o povo de santo que dá a cara a bater, que é linha de frente das lutas”, relatou ele.

Dayo chama atenção para a importância da Iyalorixá Vera Soares em momentos de disputas do Mercado Público. Vera é coordenadora do Centro Memorial 13 de agosto, coordenadora nacional das mulheres do FONSANPOTMA (Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana) e também coordenadora executiva do FONSANPOTMA no Rio Grande do Sul. No dia 25 de julho de 2022, dia Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, foi entregue a ela a medalha da 55ª Legislatura na Assembleia Legislativa de Porto Alegre. Ela também atuou como vereadora suplente filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) entre os anos de 2017 e 2020 e receberá o título de notório saber da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Iyá Vera é uma mulher politicamente muito ativa, atuou arduamente contra a proposta de concessão do Mercado Público em 2020 (QUEIROZ, 2022), acompanhou a “pesquisa do Bará do Mercado” (explicarei em seguida) e participou do antigo Fórum dos Povos Tradicionais de Matriz Africana do Rio Grande do Sul (FORMA-RS).

Iyá Vera defende os processos de patrimonialização do Bará e do Mercado Público, estes são utilizados como mecanismos de defesa dos territórios negros. Nesse sentido, apresentarei a seguir alguns marcos patrimoniais associados ao Mercado Público que auxiliaram, dentre outras coisas, na visibilização da tradição afro-religiosa do Bará ao público mais amplo.

Na década de 90, como citado anteriormente na introdução, o Mercado passou por obras de restauro e modernização. Durante a reforma, foi retirada da encruilhada uma banca central que comercializava frutas e legumes. Naquele período, a equipe técnica, composta também por historiadores e sociólogos, conduziu uma pesquisa, mais especificamente entre 1994 e 1995, denominada “Sociabilidades do Mercado Público”, que contou com a colaboração de mães e pais de santo do Rio Grande do Sul (GIUMBELLI, HEBERLE, KERBER, 2015).

Naquela época, foram realizadas escavações em toda a extensão do pavimento inferior do prédio para a instalação de novas redes hidráulicas e elétricas, incluindo a escavação do centro do Mercado: “as escavações realizadas por um grupo de arqueólogos no centro da edificação foram acompanhadas de perto, e com alguma expectativa, pelos sacerdotes.” (GIUMBELLI, HEBERLE, KERBER, 2015, p. 113), Iyá Verá relata¹² que acompanhou a pesquisa e as escavações: “acompanhamos a pesquisa do Bará do Mercado, acompanhamos quando foi aberto, os arqueólogos vieram ver, tive a felicidade de acompanhar todo este processo, aí fortalece essa herança do Bará do Mercado”. Ainda que

¹² Durante entrevista realizada no dia 10/03/2022.

naquele período o Mercado Público já fosse tombado como patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre, em 2013, a pedido da comunidade religiosa local, o Bará do Mercado foi reconhecido como patrimônio imaterial da cidade.

A partir dos depoimentos coletados durante a reforma do prédio, realizou-se em 2002 uma exposição denominada “O Bará do Mercado: os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre” no Memorial do Mercado¹³. Em 2007, foi lançado o livro “A tradição do Bará do Mercado”, organizado por Ari Oro, José Carlos dos Anjos e Mateus Cunha, e um documentário, que leva o mesmo nome da exposição, produzido por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com a Secretaria de Cultura de Porto Alegre (GIUMBELLI, HEBERLE, KERBER, 2015).

Todos estes movimentos de patrimonialização e divulgação das tradições do Bará do Mercado Público potencializam, de certa forma, a sua notoriedade perante o debate público. As pesquisas realizadas a partir da década de 90 sobre a história do orixá e suas interligações com um prédio público porto-alegrense ampliaram as vozes das ialorixás e babalorixás para o centro do debate e viabilizaram compartilhamento de tradições entre as diferentes casas religiosas. O deslocamento da banca que ocupava a encruzilhada do prédio constitui um marco importante pois, liberou o espaço físico para que os rituais ocorressem de forma mais opulenta. Como o ritual de bate folhas organizado por Iyá Vera que mobiliza estruturas como gazebo e imagens dos orixás.

Contudo, ainda que tenha havido, nas últimas décadas, muitos avanços neste sentido, as batalhas para que Bará continue sendo cultuado em espaço público não acabam. Ao passo que a divindade é ritualizada, alimentada e saudada, ela também é incansavelmente defendida por meio de abaixo-assinados, em ações públicas (marchas, cortejos, etc), em audiências públicas, etc. As disputas pela história do Mercado e de seu entorno ocorrem de forma concreta, por meio do que Queiroz (2022) denomina de ação político-ritual: “um contínuo que abrange tanto os discretos rituais cotidianamente performados sobre o assentamento de Bará quanto a mobilização política de rua ou às peleias¹⁴ jurídicas” (QUEIROZ, p. 40).

¹³ Em 1999 foi inaugurado o Memorial do Mercado Público, este reunia acervos documentais e iconográficos sobre o prédio e seus frequentadores, com o incêndio de 2013 parte do mobiliário e do acervo foram consumidos pelas chamas, contudo documentos históricos originais não foram perdidos pois eram acondicionados fora do Mercado. Junto ao memorial funcionava também a livraria Ilhota, o Observatório da Cultura e o Conselho do Orçamento Participativo (COP) da prefeitura. (LUIZ, 2013; MACEDO, 2013)

¹⁴ Peleia é uma expressão utilizada no Rio Grande do Sul para se referir a um embate de grandes proporções (QUEIROZ, 2022)

Ademais, no contexto de 2020, com o lançamento do edital de concessão do Mercado, interações transatlânticas foram suscitadas em prol da defesa do local. Queiroz (2022) foi acionado por Pai Tiago, então presidente da Associação Independente em Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (ASIDRAB), para que auxiliasse em uma peleia: a elaboração de um documento que reconhecesse a importância do Bará para os processos de diáspora Yoruba. A partir do contato com a embaixatriz cultural de Oyó¹⁵, iniciaram-se as negociações, depois de dois meses de contatos, o príncipe Toola Adeyemi em nome do *alaafin* do reino de Oyó, Lamidi Olayiwola Adeye, escreveu uma carta reconhecendo a importância do Bará do Mercado para continuidade de formas de expressão e expressividade Yorubá no Brasil. O documento, que adquire importância para o batuque como um todo, foi lido diante das portas do Mercado Público de Porto Alegre em outubro de 2020.

Considero o termo ação político-ritual muito apropriado para nomear essas “lutas” que acontecem para a defesa do Mercado Público de Porto Alegre, pois o sagrado é uma dimensão chave nestas batalhas. Um dos principais argumentos contra a privatização, que condicionaria a restrição de acesso ao espaço do Mercado, é o direito de manutenção deste sagrado pelas milhares de casas tradicionais de religiões de matriz afro do Rio Grande do Sul, que alimentam e são alimentadas por ele. Por exemplo, em 2020, Pai Tiago manifestou em um *live* a sua insatisfação em relação ao lançamento do edital de concessão do Mercado e anunciou:

Nós podemos perder o nosso espaço sagrado (...). A gente não tá falando só do Bará do Mercado. Todas as paredes, todos os portais, todos os caminhos internos e externos do Mercado Público são espaços sagrados desde quando ele não existia. Desde quando as ganhadeiras vendiam seus quitutes, seus produtos, pra comprar a alforria dos seus maridos, dos seus parentes, dos seus amigos. (QUEIROZ, 2022, p. 133, grifo meu)

Bará é o começo de tudo (e o fim também), a diáspora, a reterritorialização, a continuidade e reelaboração das tradições africanas no Rio Grande do Sul são feitas com a divindade. Bará é um elo imprescindível neste processo, sua raiz africana brota em solo afrodiaspórico. Explico, é como se os ascendentes tivessem deixado essas memórias plantadas em espaço público, no meio da cidade reterritorializada, para que as próximas gerações continuassem regando e refazendo esse legado. Assim, além de sagrado, a divindade também participa das peleias: as narrativas das autoridades afro-religiosas englobam o sagrado, a memória, as lutas e as resistências. Conforme veremos na próxima

¹⁵ Oyó atualmente é um pequeno domínio monárquico subordinado ao estado nigeriano que mantém um corpo político e diplomático próprio (QUEIROZ, 2022).

seção, a entrevista realizada com Iyá Vera¹⁶ suscitou pautas sobre o racismo, a intolerância religiosa, as desigualdades sociais, a população carcerária e a luta por território, pois segundo ela: “são 500 anos de coisas trancadas”.

2.5 O ritual e as mulheres

Da maneira tão inesperada como encontrei Dayo no final de 2022, em março de 2023, quando me fui ao Mercado para entrevistar Sílvia de Iemanjá, por volta das 9h30 da manhã, avistei Iyá Vera, Dayo e cerca de oito pessoas em volta da encruzilhada, se preparando para o início de mais um bate-folhas, este vinculado ao dia Internacional das Mulheres. Sem aviso prévio, os nossos caminhos se cruzaram novamente em ritual na encruzilhada.

Quando cheguei, além de pessoas da organização, já formava-se uma “fila de espera” para receber o axé. Parte do grupo da organização permaneceu na encruzilhada para decorar o ambiente: estenderam um tapete no chão, revestiram as cadeiras de plástico com panos coloridos, enfeitaram os vasos com flores, encheram um alguidar com terra, distribuíram quartinhas com água e posicionaram cavaletes que sustentaram quadros, - um deles com uma pintura que representava a Iyalorixá Vera Soares e outro ainda coberto por um pano branco. A outra parte do grupo subiu ao segundo andar para deslocar algumas mesas lá de cima para o ritual. Era notável a grande familiaridade do grupo com o espaço, era como se o Mercado, de certa forma, fosse uma extensão do ilê (casa, em Yorubá).

O espaço de Bará também estava marcado como espaço das mulheres: as pessoas e as Yabás (divindades femininas). Oxum, Iemanjá e Oyá eram representadas por artefatos e elementos espalhados pelo local. As presenças humanas contavam com Iyá Vera, suas filhas e irmãos e as pedestres e simpatizantes que iam juntando-se ao evento. Além disso, a pintura marcava de maneiras outras a presença da mãe de santo na encruzilhada: o quadro que foi presenteado no espaço público por um artista local homenageia e celebra as contribuições da mãe de santo e, de certa forma, da divindade que ela carrega (Oyá ou Iansã) para as continuidades das tradições afrodiaspóricas em Porto Alegre. Era uma sexta-feira “comum” e abriam-se caminhos, no centro da cidade de Porto Alegre, para mais um espaço-ritual.

Depois de algum tempo de permanência no Mercado, entro na fila para receber o axé, depois da benzedura o aroma das folhas permanece no meu corpo, intenciono falar com Iyá Vera mas ela parece ocupada, rodeada de pessoas. Vou até a banca 40, lancheria

¹⁶ A entrevista com Iyá Vera realizada em março de 2023 durou mais de 17 minutos, a partir de uma única pergunta ela conseguiu relacionar diversos assuntos. Ao final da entrevista, a mãe de santo já estava sendo solicitada para atender outra demanda de pessoas que circulavam pela encruzilhada.

e sorveteria bastante conhecida pelas sobremesas, sento-me e recordo de uma memória de infância: era primavera, eu tinha em torno de uns seis ou sete anos e minha tia Noemi havia me levado para passear na feira do livro - feira que acontece entre os meses de outubro e dezembro na Praça da Alfândega, antigo Largo da Quitanda - depois de circular pelas bancas de livros, fomos comer banana split na banca 40, lembro-me de ter ficado encantada pelo doce composto de sorvete, banana, cobertura e canudinhos. Já de volta ao verão de 2023, ao invés da banana-split, pedi um açaí e aguardei em uma das mesas. Ao lado da banca 40 fica concentrada a feira de artesanato do Mercado, entre roupas de crochê, coelhos de Páscoa, bolsas decoradas com lacres de latas, eu também avistava quadros com a ilustração de alguns orixás e toalhas bordadas com os nomes das divindades. Da banca 40 também conseguia ver a entrada interna do Restaurante Naval, um dos mais antigos, ele está no Mercado desde 1907. O local era muito frequentado por uma parte da população negra, principalmente a partir de 1920, com a construção do porto e grande circulação de estivadores negros nas dependências do Mercado (VARGAS, 2011, p. 35).

Acabo de comer, me despeço da banca 40 e vejo que a encruzilhada está bem movimentada. Resolvo dar mais uma circulada, desta vez do lado de fora. Saio do Mercado, caminho uns 4 minutos em direção oeste, passo pela Prefeitura e me sento-me em um banco bem próximo à feira de artesanato da Praça da Alfândega, antigo Largo da Quitanda. Muitas trabalhadoras e trabalhadores passam parte dos seus intervalos de almoço sentadas nos bancos espalhados pela praça. Sentei-me ao lado de uma mulher que estava conversando com uma senhora, as duas conheceram-se ali mesmo, minutos depois chegou a colega de trabalho da mulher e se juntou ao grupo.

Voltei ao Mercado, passei pela encruzilhada e dona Vera estava falando de forma descontraída com duas mulheres da fila: “não tem problema, pode fazer pix sim, nem que seja de um real”, ela estava explicando que qualquer valor doado era importante para a continuidade dos rituais. Me aproximei de Iya, me apresentei e desde o começo ela foi muito acolhedora, nos sentamos nos bancos revestidos com os tecidos coloridos e começamos a entrevista.

Figura 20: Bate folhas e a roda de mulheres, à esquerda Iyalorixá Vera Soares e à direita sua filha.



Fonte: Elaborado pela autora (março/2023)

Iyá Verá relata que nasceu e se criou em Porto Alegre e quando criança: “frequentava com minha vó, com minha mãe, vinha tomar sorvete na banca 40 e fui crescendo, o tempo passou, eu me transformei e botei a público aquilo que eu sempre fui, que era da tradição de matriz africana”. Hoje em dia ela organiza o ritual denominado de Bate Folhas no centro da cidade, ela abre espaço para a construção de uma mesa redonda com a sociedade gaúcha e fala da importância da consolidação desses espaços:

aqueles guetos fechadinhos já passaram, nós estamos no séc XXI, então nós vamos trazer para a sociedade que nós não somos bruxos, não matamos ninguém, não somos feiticeiros, é uma tradição de matriz africana, para caracterizar meu colar de contas, para caracterizar meu dorso que cobre meu ori, ori quer dizer cérebro/cabeça [...] nós usamos a roupa tradicional, que não é religiosa, é uma roupa tradicional do continente africano.

As tradições de matriz africana se constituem a partir de uma miríade de elementos materiais e imateriais. Iyá Vera cita alguns elementos materiais - o colar de contas, o dorso e a roupa branca rendada - que marcam o seu corpo, que lhe protegem, que compõem o seu modo de vida. Além das instâncias individuais atreladas aos adereços, há instâncias

coletivas e políticas relacionadas à utilização deles, sob a proteção de Bará e junto com a sua família de santo, Iyá queria marcar presença no espaço.

Para refletir acerca das marcações citadas pela mãe de santo mobilizo o artigo *Do corpo à cidade: religião e territórios negros em Porto Alegre* (2022), onde o autor Anderson Bernardo analisa a experiência de corpos religiosamente marcados e suas relações com a cidade de Porto Alegre. Bernardo (2022) apresenta o caso de sua parceira de pesquisa Cida, uma mãe de santo branca, que é afetada por instâncias específicas a partir de marcações em seu corpo, como a tatuagem da divindade Oxum no seu braço.

As marcações religiosas sobre os corpos podem gerar tratamentos diferenciados, violentos e discriminatórios, como no caso de Cida - que ao passar por tratamento hospitalares foi diversas vezes constrangida por uma médica que insistia em ressaltar as marcações afro-religiosas no corpo da paciente - e em outros milhares de casos de intolerância religiosa que acontecem diariamente no país, as marcações também adquirem outros sentidos, a depender dos contextos:

De um lado, os símbolos marcados nos corpos, na linguagem, nos materiais e artefatos provocam reações nos não adeptos, criando diferenciações e constrangimentos. Na outra ponta, os próprios adeptos têm suas vidas agenciadas pelo sistema que engloba práticas rituais, mas também uma série de cuidados, tabus, prescrições e negociações éticas e políticas para com a comunidade e consigo mesmos. Desse modo, explícitas ou não, as marcações religiosas geram efeitos que produzem um modo de habitar o mundo e de trocar com ele (2022, p. 5).

As marcações nos corpos compõem modos de trocar com o mundo: o corpo negro de Iyá Vera, marcado com elementos que suscitam as tradições africanas, adquire sentidos políticos, para além da religião. Para Iyá Vera, as marcações em seu corpo transcendem as vinculações religiosas, ela enquanto defensora das tradições de matriz africana considera que o conceito de religião não dá conta das continuidades afrodiaspóricas manifestadas em solo brasileiro. Abaixo apresento trechos da nossa entrevista:

“Com o processo da escravização e para resistir eles trouxeram pra cá essa tradição, que todo mundo chama “o barulho do tambor”, que é o batuque, então nós ficamos apelidados de batuqueiros, **na verdade nós somos autoridades de matriz africana**, por quê? porque a matriz tá lá no continente africano.”

[...]

“Não entendemos nossa tradição simplesmente só como uma religião e sim enquanto processo de resistência, e mais do que tudo isso político, a política da vida, a segurança alimentar¹⁷ vem através disso, tantas coisas que a matriz africana deixou no mundo inteiro, então nós temos uma visão do mundo que não está

¹⁷ FONSPANPOTMAN (Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana) é a principal articulação política de Iyá Vera.

reduzido só ao conceito do religar que é religião, nós respeitamos, mas a fé está mantida dentro de mim, dentro das nossas casas, agora quando se sai do portão pra fora temos que ter as políticas de conscientização, aí o papel da sobrevivência, do trabalho, da desigualdade social, da intolerância religiosa, da discriminação racial, da democracia racial que dizem que existe mas quem pensa um pouquinho sabe que não, se nós vamos olhar para a população carcerária tem cor, se nós vamos olhar a fome, tem cor, que pena em pleno século XXI a fome assolasse nosso país.”

No espaço intramuros, o povo de axé pode desenvolver de forma mais segura a sua religiosidade, seus rituais, seus convívios diários a partir de cosmologias africanas, contudo, mesmo nestes espaços, costumeiramente chamados de terreiros, respingam as políticas que restringem os cultos ou parte deles. “Meios inconstitucionais nos proíbem de ser quem somos, então nós estamos incluídos na lei da limpeza urbana, lei do silêncio, então tem várias leis, na lei da sacralização”, nesta parte da entrevista Iyá Vera cita algumas legislações que tentam criar obstáculos para a manifestação de suas tradições. “Do portão pra fora”, a insegurança alimentar, o racismo, a violência policial, intolerância religiosa assolam a vida e a subjetividade da população negra. Dessa forma, Iyá Vera, enquanto uma autoridade de matriz africana, através da memória coletiva, também elaborada no presente, entende a manutenção da sua religiosidade atrelada à manutenção da vida da população negra. As religiosidades afro-brasileiras estão imbricadas em processos de resistências, nas batalhas políticas e na luta por direitos. Assim, estar em espaço público encantado por diversas marcações religiosas nos corpos (roupas, símbolos, dorso, colares, etc) e no espaço (oferendas, despachos, recipientes, comidas, velas, etc) envolve, para além do sagrado, dimensões políticas que suscitam “reativações de memórias práticas, histórias, mitos, uma reafirmação da presença de um ethos de matriz africana” (BERNARDO, 2022, p. 7).

3. ALIMENTOS E FOLHAS SAGRADAS: O COMÉRCIO AFRO-RELIGIOSO NO MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE

Era final de novembro, eu estava transitando pelo Mercado, quando comecei a reparar nas plantas e folhagens que são comercializadas por uma banca de produtos agropecuários, e nos vasos que estavam dispostos junto às paredes internas do Mercado separando essa banca de uma cafeteria. Havia uma placa em frente à cafeteria escrito “BLACK FRIDAY, 20% de desconto”, no interior da loja era transmitido uma partida da Copa do Mundo 2022. Junto aos vasos havia cartazes com os nomes populares das plantas e

embaixo o preço. Havia GRAMA PET, LOSNA, ESPADA, LOURO, DRACENA, JADE, AVELOZ, GUINÉ, entre outras.

Figura 21: Plantas à venda no mercado.



Figura 22: Plantas expostas em prateleiras.



Fonte: Elaborado pela autora (novembro/2022)

Chegando em casa pesquisei no Google “planta dracena”, no resultado apareceram algumas reportagens contendo dicas de cuidado com a planta; logo em seguida pesquisei “planta dracena batuque”, os resultados me renderam algumas horas de leitura. Um dos primeiros sites que apareceram foi o *Candomblé, o mundo dos Orixás*, onde há uma matéria de Fernando D’Osogiyán dedicado à folhagem e segundo informações do site Dracena também é chamada de “peregún”. O nome é carregado de simbolismos e significados, quando *pé* significa *chamar*, enquanto *egún* seria espírito, dessa forma peregún significa “chamar/invocar espíritos”.

No livro *Ewé òrìsà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé Jêje-Nagô* (2007), o escritor José Flávio Pessoa de Barros e Eduardo Napoleão discorrem sobre esta espécie cujo nome científico é *Dracena fragans*: “De origem africana e muito difundida no Brasil, **esta é provavelmente, a planta mais popular nos candomblés afro-brasileiros**. Sua utilização é variada, entra no ãgbo¹⁸ [...], banhos para diversos fins, sacudimento e diversos rituais.” (2007, p. 311, grifo meu). No contexto do candomblé Jeje-Nago esta folha está associada especialmente a Ogum, e também é utilizada na sacralização dos objetos rituais de Ossaim, Oxóssi ou Omulu. Nas páginas seguintes

¹⁸ Mistura de folhas utilizada na iniciação do filho-de-santo no candomblé (BARROS e NAPOLEÃO, 2007)

Barros e Napoleão (2013) discorrem sobre outra variedade de Dracena, está chamada também de dracena-listrada, possui linhas amarelas nas suas folhas e está relacionada aos orixás Oxumaré, Ossaim e Logun Edé.

Os rituais afro-brasileiro são muito complexos, pequenos detalhes nas folhas alteram os seus poderes mágico-religiosos, essa complexidade condiciona a continuidade e a transmissão dos aprendizados. Dentro de uma casa de axé, os mais novos aprendem com os mais velhos e fora dela também. Ir ao mercado e aprender nele e com ele compõe processos iniciáticos no culto aos Orixás. Sobre estes aprendizados adquirido nos mercados, Vogel, Mello e Barros autores do livro *Galinha D'Angola: Iniciação e Identidade na Cultura Afro-Brasileira* (2007), escrevem:

A ida do abiã¹⁹ ao mercado é a primeira lição-das-coisas das muitas que vão pontuar sua vida religiosa. Com isso, pensamos chamar atenção do leitor para o caráter pedagógico dessa peregrinação. Esta proporciona ao neófito o primeiro contato com avassaladora multiplicidade de requisitos cerimoniais cujo significado, uso, valor, correlação e implicações desconhece na maioria dos casos. Comprar, no entanto, não será apenas adquirir as coisas, mas saber como se chamam, a quem pertencem, que qualidade devem possuir, como se acondicionam e transportam (p. 27)

Os novatos precisam da orientação e dos critérios das pessoas mais velhas e instruídas nos afazeres e ritos da casa-de-santo, chamadas de *ebomis* no contexto do candomblé, para realizarem as compras rituais (VOGEL, MELLO e BARROS, 2007). No batuque gaúcho, o filho-de-santo recém iniciado - aprontado - é levado ao Mercado Público onde será apresentado para Bará, saudando-o e acompanhado da família-de-santo lhe pede proteção e fartura. O pesquisador Olavo Marques descreve em sua tese *Sobre raízes e redes: territorialidades, memórias e identidades entre as populações negras em cidades contemporâneas no sul do Brasil* (2013) o ritual de passeio de uma filha de santo de Pai Nilson de Oxum, as compras realizadas na morada da divindade se atrela outros sentidos, aqueles alimentos ali adquiridos já chegam ao terreiro tomados de axé:

Pai Nilson me diz que temos que comprar “alguma coisa” do mercado para levar para casa e nos trazer fartura. Compro rapaduras e balas de coco. Nilson indica à moça em iniciação as coisas que ela deve comprar, para finalizar seu “apronte”: carnes, ervas, milho, etc - tudo para oferecer aos “pais”. Ela segue os conselhos e se enche de sacolas de compras (MARQUES, 2013, p. 17).

Assim, a partir da grande demanda por produtos afro-religiosos, no Mercado Público de Porto Alegre encontram-se diversos produtos, alguns de origem africana, que são utilizados nas manifestações rituais. A comercialização da planta Dracena utilizada nos rituais afro-religiosos, por uma loja agropecuária que a priori não vende produtos religiosos,

¹⁹ Como é chamado o novato, aqueles adeptos que frequentam o terreiro mas que ainda não são iniciados. (RABELO, 20015; VOGEL, MELLO e BARRO, 2007)

indica que o sagrado está espalhado por toda a parte do Mercado. Não diretamente visível ou concentrado na encruzilhada, o sagrado se faz presente em diversos cantos, produtos, paredes, sobreposições, seja em um planta na agropecuária ou no machado desenhado na sorveteria de Iara. Enquanto para uma pessoa “de fora” da religião alguns elementos possam passar despercebidos, para aqueles que compartilham dos conhecimentos, dos símbolos e elementos que compõem o sagrado a partir do *ethos* de matriz africana, esse sagrado se torna intenso e visível ao circular pelo Mercado Público.

Para explorar mais a fundo as trajetórias dos produtos sagrados que chegam ao Mercado Público de Porto Alegre, a seguir será mobilizada a bibliografia de Rodrigo Pereira que dialoga sobre o comércio de produtos e folhas entre Brasil e África. Pereira (2015) em seu artigo *Nas margens do Atlântico: o comércio de produtos entre a África e o Brasil e sua relação com o candomblé* analisa os mercados consumidores de produtos da África Ocidental no Brasil atrelados às premissas religiosas, especialmente candomblecistas, do século XIX ao XXI. Pereira (2015) analisa majoritariamente as trocas comerciais a partir de três produtos: o azeite de dendê, os búzios e o pano da costa.

Até o século XIX, Brasil e países da África Ocidental mantiveram estreitas relações comerciais, onde as negociações de artefatos religiosos eram muito rentáveis ao Império Brasileiro e aos Reinos Africanos. Após o fim do tráfico negreiro o fluxo de artefatos diminuiu, especialmente a partir de 1822 por conta do protecionismo comercial português destinado às colônias africanas (PEREIRA, 2015).

A partir do século XX, os mercados municipais, especialmente das cidades litorâneas brasileiras, começaram a reunir esses produtos transatlânticos, Pereira (2015) destaca que o Mercado de Madureira, localizado na cidade do Rio de Janeiro: foi o espaço decisivo para a manutenção do comércio de produtos africanos em solo fluminense (p. 340, 2015). A partir da consolidação das manifestações de religiões de matriz africana em solo brasileiro e da demanda das pessoas e das divindades por produtos essenciais para a realização dos ritos foram estabelecendo-se meios e locais para a comercialização dos artefatos africanos (PEREIRA, 2015).

As trocas transatlânticas de espécies da flora também ocorreram intensamente, visto que os colonizadores portugueses trouxeram para o Brasil espécies que lhe interessavam e que eram aclimadas no continente africano como a mangueira, a jaqueira e o tamarindeiro (CARVALHO, 2012). Das espécies nativas da África foram trazidos o inhame, o quiabo, a melancia, a mamona, o dendezeiro, a pimenta-da-costa, entre outras. O contrafluxo também ocorreu, introduzindo no continente Africano algumas espécies nativas do continente americano como fumo, batata, milho, cana-de-açúcar, goiaba e urucum (BARROS e NAPOLEÃO, 2003).

A goiaba adquire o nome de *gúábá* e o milho chama-se *àgbàdo* em yorubá, o milho também recebeu o nome de *tofa* entre os haússas e de *soyo* pelos fulanis (Verger, 1995). Algumas dessas espécies começaram a compor a cosmologia mágico-religiosa da região, como o milho que dele são utilizadas as folhas - inteiras ou trituradas formando um pó que pode ser ingerido junto ao *acaçá* (uma comida ritual) - a espiga, o sabugo, as palhas e os grãos para a feitura de rituais. Verger (1995) apresenta provérbios yorubás dedicados ao alimento que tornou-se símbolo de alegria, prosperidade e riqueza:

Oríire ni f àgbàdo.

Àgbàdo rin hòhò d'óko.

O kó re bò wá 'lé.

O milho tem boa sorte.

O milho vai nu para o campo.

Ele pega a boa sorte e volta para casa com ela.

(1995, p. 41-42)

Outra planta que estava sendo vendida na agropecuária do Mercado Público de Porto Alegre, muito importante para os cultos afro-brasileiros, e que foi disseminada em terras africanas é a Guiné, que em yorubá passou a ser chamada de *ojúúsájú* e simboliza favoritismo, parcialidade e respeito por uma pessoa (VERGER, 1995). Ademais, sugere-se que espécies importantes para as tradições e ritualísticas africanas atravessaram o Atlântico contrabandeadas em navios negreiros (CARVALHO, 2012). As folhas (*ewé*) são essenciais para o culto aos orixás e segundo a Iyalorixá Vera:

As folhas têm fundamento e muitas vêm do território africano e nossos mais velhos, nossos ancestrais que vieram nos navios negreiros através de um processo que todos sabem né!? Mesmo que alguns façam de conta que não, foi o processo da escravização e para resistir e para resistência, eles trouxeram pra cá essa tradição” (Trecho retirado da entrevista com Iya Vera Soares)

Também vindo de África, o fruto chamado Obi ganhou grande relevância no comércio transatlântico entre os séculos XIX e XX, quando o fruto começou a ser importado para o Brasil em grandes quantidades. Flávio Gonçalves dos Santos na obra *Economia e cultura do Candomblé na Bahia o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937* (2013) relata a partir da análise de fontes históricas esse processo de importação e o contexto. Obi ou noz-de-cola, na documentação analisada por Santos (2013), é descrito também de *collas* frutas alimentares e frutas estomacais: “A noz-de-cola era mascada pelos trabalhadores escravos e libertos com o objetivo de enganar a fome e ao mesmo tempo mantê-los alerta e estimulados [...] É na utilização medicinal que talvez se encontre mais um elemento para compreender a sua importação” (2013, p. 117).

Tendo em vista as utilizações do obi para fins medicinais, não há como negar as suas vinculações sagradas, além das suas características estimulantes, o obi é um elemento importantíssimo nos cultos da diáspora africana. O fruto é alimento do Ori, divindade individual que deve ser honrada e alimentada para que esteja equilibrada e em acordo com o destino traçado no *orum*²⁰ (RABELO, 2014). Tanto no candomblé, como no batuque são realizados um ritual chamado de Bori que consiste em alimentar o Ori:

“O bori é o rito de dar de comer à cabeça ou ori, entidade sagrada no candomblé, cultuada como lócus da individualidade. Fortalece o ori e, assim, firma a cabeça do indivíduo, trazendo o equilíbrio necessário para a sua saúde e, quando for o caso, para que receba seu orixá (antecede, assim, qualquer processo de iniciação ou feitura). Envolve uma sequência de oferendas ao ori, incluindo a noz de cola, obi, seu alimento por excelência. (RABELO, 2011, p. 16)

Ouvi falar do obi pela primeira vez através da Kayla, minha parceira na pesquisa e na vida pessoal e iaô²¹ em um terreiro de candomblé Ketu localizado em Viamão, região metropolitana de Porto Alegre/RS. Era uma sexta-feira e ela me mandou uma mensagem dizendo que teria que passar no Mercado Público antes de ir para o terreiro, ela havia recebido um pedido da lyakekere²² do barracão para que comprasse obi no Mercado Público, a noz seria utilizada na cerimônia do dia seguinte: o bori dela e de uma irmã de santo. Kayla relatou que sairia apressada do trabalho, passaria no Mercado depressa e já pegaria o ônibus que lhe deixaria próximo do Ilê. Neste dia também ocorreria uma celebração no terreiro. A lyakekere iria ao Mercado Público para comprar os obis e peixes, que também seriam utilizados na futura cerimônia, contudo acabou comprando os peixes em um local mais perto do barracão, restando assim os obis.

No dia seguinte fui ao terreiro para participar da cerimônia e cantar para o Ori da Kayla. Bori é uma cerimônia linda onde a família se reúne para celebrar o Ori de determinada pessoa, cantam e compartilham alimentos especialmente doces e frutas servidos para agradar a cabeça do borizado. Tanto no candomblé (RABELO, 2014), como no batuque (CORREA, 1992) o bori é um ritual que deve ser realizado antes da iniciação e pode ser repetido diversas vezes ao longo da trajetória do iniciado: “pode-se fazer bori antes do aprontamento, como uma espécie de preparo, ou depois, como ‘um reforço de cabeça’ para melhorar as condições gerais do indivíduo” (CORREA, 1992, p. 92).

Fui entender a importância do obi comprado no Mercado Público, quando, semanas depois, eu mesma passei pelo ritual de bori. Depois de uma sessão de jogo de búzios, a

²⁰ Outro mundo, morada dos orixás (RABELO, 2014)

²¹ Iaô é o nome utilizado para se referir, no candomblé, à pessoa já iniciada. Depois de dar a obrigação de sete anos de santo o iaô torna-se ebomi.

²²No candomblé lyakekeré representa a mãe pequena do terreiro, ainda que abaixo hierarquicamente em relação à mãe de santo, é a mãe pequena que lida com as questões burocráticas do espaço e que fica responsável pelo terreiro quando a mãe de santo se ausenta.

partir do contato oracular com as divindades, a Iyalorixá prescreveu que eu realizasse um *ebó* (oferenda aos orixás) que poderia ser seguido de um bori. Já havia frequentado aquela casa de santo algumas vezes para acompanhar cerimônias abertas ao público externo como o amalá (cerimônia dedicada ao orixá Xangô), o caruru de erês e a cerimônia de obrigação de um filho de santo, em todas elas eu participei como visitante, assistindo as celebrações, ainda que em alguns momentos eu tivesse estabelecido contatos mais próximos com o pessoal da casa e até auxiliado em algumas tarefas simples do terreiro.

Contudo, ao tomar um bori criei uma relação mais íntima com aquela família de santo, especialmente com as mulheres “velhas de santo” que alimentaram o meu ori, que mastigaram o obi com o intuito de fortalecer meu orixá individual. Explico: ao borizado é dado uma lasca da noz, ao qual ele deve mastigar, sem engolir, e depois despejar na mão da Iyalorixá. A própria mãe-de-santo e mais duas mulheres, que possuem cargos importantes dentro da casa, também repetem o processo. Este alimento, adquirido no Mercado Público transitou pela cidade, passou por diversas mãos e ao fim foi mastigado por quatro mulheres para fortalecer o axé, a potência vital, do meu Ori. O obi media o Bori, ritual que, ao passo que visa a interiorização e o alinhamento com o orixá individual, também mobiliza e engaja a família de santo ao borizado. Abaixo Miriam Rabelo (2014) descreve parte do Bori:

A mistura de obi mascado é colocada no topo da cabeça, nela se misturam fluidos da noviça, de sua madrinha e da mãe de santo, cada qual contribuindo para o fortalecimento do ori, preparando a comida, mastigando e depositando uma parte de si (do seu axé) na cabeça. O movimento individualizador do rito – que singulariza e fortalece a pessoa – é também a construção de laços íntimos com a mãe de santo e o terreiro, com os ancestrais e os orixás. Na medida em que repete esta operação em cada um de nós, Mãe Beata diz: “obi paz, obi sossego, obi tranquilidade” (RABELO, 2014, p. 241)

Essa experiência como borizada, ainda que se relacione com minhas vinculações para além da pesquisa, de certa forma suscitou algumas intersecções entre as minhas trajetórias religiosas e acadêmicas. Desde que percorri incipientemente a trajetória do obi desde o mercado até o terreiro, até o momento que fiz o caminho de volta do terreiro ao mercado fui afetada pelos processos rituais que participei na casa de santo. Essas afetações desabrochadas junto a família do ilê fizeram-me, para além da compreensão racional, corporificar a importância dos produtos rituais adquiridos no Mercado, especialmente da semente que alimentou meu Ori.

Voltando ao Mercado Público de Porto Alegre, ali encontram-se dois tipos de Obi, o branco, de duas faces e o de quatro faces, também chamado de obi africano. Enquanto o obi branco custa entre 4,50 a 6 reais, o obi de quatro faces só era vendido em uma das floras a quinze reais. Fiz este percurso atrás do obi no mês de março, o atendente da banca 37 informou que estava a dois meses sem receber o produto pois “não é época de obi”,

relatou que o produto vem da Bahia e que só a partir de abril estaria disponível novamente. Nas outras duas floras o obi vinha de São Paulo, na banca Bandeira (número 1) o atendente disse que só vendia o branco, pois, segundo ele: “o africano quebra muito fácil”, ele recebe os obi em uma conserva e armazenava a noz submersa naquele líquido, dentro de um pote de plástico em uma pequena geladeira que mantém atrás do caixa pois “fica mais durinho! Se não for usar logo mantém na geladeira. Em alguns rituais religiosos as pessoas comem, então é melhor assim”. Os comerciantes das floras retêm diversos saberes associados à prática ritual, aprendem sobre a sazonalidade, a procedência, os modos de conservação e as vinculações sagradas dos artefatos vendidos. Abaixo uma fotografia registrada da parte interna de uma das floras do Mercado, de uma sexta de movimento intenso.

Figura 23: De dentro de uma flora do Mercado.



Fonte: Elaborado pela autora (março/2022)

No Mercado Público, além da oferta de artefatos materiais também ocorre a divulgação de consultas e trabalhos rituais. Para além do cotidiano intramuros das casas de axé, o Mercado é um palco para os encontros e divulgações das comunidades afro-religiosas. A seguir irei apresentar duas cenas de campo que envolvem essas instâncias: em uma das idas ao Mercado Público observei um homem branco de cerca de uns trinta anos de idade com uma bandana na cabeça circulando pelo espaço, ele entrou em algumas floras, fez uma longa saudação à Bará e passou a entregar um pequeno panfleto para algumas pessoas que cruzavam o seu caminho. Eu fui em sua direção, olhei em seus olhos e logo ele me ofereceu o papel, dizendo que se me interessasse poderia lhe procurar no Instagram. No panfleto lia-se: “Quimbanda Magia de Exú Caveira: tarot de exu

e pomba gira; trabalho para diversos fins; consultoria espiritual; limpeza individual e domiciliar (somente para Novo Hamburgo e região)”. Ainda que seus atendimentos se destinassem para pessoas de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre/RS, aquele homem se dirigia até o centro do Mercado Público de Porto Alegre para divulgar o seu trabalho. Durante a pesquisa observei esta circulação expandida entre casas e pessoas que residem em outros municípios, especialmente da região metropolitana, e estabelecem fluxos e presenças no Mercado Central da capital do Estado.

Noutro dia, fui ao Mercado Público e um grupo de pessoas havia organizado um evento na encruzilhada. O cenário era composto por imagens de Santa Bárbara, flores, fitas vermelhas, escultura de Exú, velas, maçãs, espada de São Jorge... A realização daquele encontro tinha como tema a homenagem a Oyá, divindade Yorubá que em território brasileiro é associada com Santa Bárbara. Estava observando e recebi um panfleto que divulgava os serviços que o sacerdote que estava organizando o evento oferecia: “o melhor em amarração amorosa”, “especializado em atender clientes no exterior”. Vemos a partir dessa cena a sobreposição de diversos elementos que podem ser analisados à luz dos contextos histórico-sociais brasileiros. Como as divindades africanas e seus símbolos, santos católicos e suas iconografias e o Mercado Público participam de uma mesma conjuntura em uma Porto Alegre do século XXI?

Figura 24: Santa Bárbara e a encruzilhada.



Fonte: Elaborado pela autora (outubro/2022)

Ainda que a presença de santos católicos na encruzilhada tenha sido uma exceção, considero importante apresentar, de forma breve, discussões acerca do sincretismo. Sendo assim, a partir de processos brutais de desterritorialização e de posterior reterritorialização

que foram combinados com movimentos de origem do capitalismo, exploração das Américas e utilização de trabalho escravo, articularam-se diferentes pensamentos de origem africana, com imaginários religiosos cristãos, e pensamentos dos povos ameríndios (GOLDMAN, 2015). Genocídio indígena, diáspora africana e colonialismo continuam permeando as interações brasileiras: “é nessa história, que é a de todos nós, que coexistem os poderes mortais da aniquilação e as potências vitais da criatividade” (GOLDMAN, 2015, p. 645).

Nesse sentido, José Carlos dos Anjos e Ari Oro (2009), no livro denominado *‘Festa de Nossa Senhora dos Navegantes’ em Porto Alegre: Sincretismo entre Maria e lemanjá*, discutem acerca do sincretismo afro-católico a partir de um caso regional. Ainda que o sincretismo possa ser analisado como uma política afro-brasileira para composição de mundos a partir da reterritorialização, ele é fruto de políticas racistas e, à medida que o engajamento com lutas antirracistas torna-se mais latente, algumas rupturas e demarcações contra a hegemonia religiosa crescem, assim como lutas anti-sincréticas são produzidas. Dentre as diversas pessoas entrevistadas durante o trabalho de Anjos e Oro (2009), incluindo um grande número de mães e pais de santo, está Iyá Vera Soares. Ao falar da festa que acontece no dia dois de fevereiro, ela assume:

Há umas décadas atrás eu participei da festa de Navegantes porque é uma tradição de Porto Alegre, e toda nossa história nasce a partir do sincretismo. Teve um sincretismo e fazia parte inclusive dos grandes babalorixás, grandes e antigas ialorixás, estar na festa de Navegantes por ser a festa da melancia e a melancia na religião afro-gaúcha aqui no Rio Grande do Sul, ela é ofertada a lemanjá, de onde o sincretismo com a Nossa Senhora dos Navegantes. Então, participei por alguns anos da festa, inclusive acompanhando o barco por todo o sincretismo. Barco lembra lemanjá, lembra mar, melancia é uma fruta ofertada à lemanjá. O sincretismo fez com que muitos batuqueiros, chamados vulgarmente, pessoas da religião afro, as ialorixás, os babalorixás, participassem e ainda participam. Eu não participo mais. (ANJOS e ORO, 2009, p. 115-116)

A festa, que acontecia de forma fluvial e terrestre, ganhou novos contornos a partir de 1989, quando a parte fluvial do evento foi interdita. lemanjá é associada às águas, especialmente às águas marítimas, e ainda que a procissão ocorresse em um rio, o Guaíba, os afro-religiosos atinham-se a ideia de que essas águas doces desembocam nos mares. Portanto, percorrer as águas com os barcos decorados com inúmeras oferendas, “além de constituir um dos aspectos esteticamente mais charmosos e exuberantes do ritual, constituía uma parte significativa de devoção à Santa, homenageada com pompa no seu reduto, no seu território, nas águas do Guaíba” (ANJOS e ORO, 2009, p. 51).

Diante disso, outro elemento que destaco da fala de Iyá Vera é a associação entre a melancia e a divindade. Anjos e Oro (2009) dedicam um capítulo do livro para falar desse alimento que, em um contexto afro-gaúcho, foi fortemente ligado à lemanjá. Consumir

melancia e ofertar um pedaço para o Orixá tornou-se uma tradição na data de dois de fevereiro em Porto Alegre/RS. Conforme os autores, diversos jornais locais registram a centralidade da fruta durante o ritual: “aumentou de um modo considerável o número de adeptos ao culto da melancia” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1929), “Festa das Melancias” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1929), “Nossa Senhora das Melancias” (LIBERAL, 1921). Em 1983, um padre da Igreja N. dos Navegantes solicitou a uma secretaria vinculada à prefeitura a proibição da venda da fruta próximo à igreja. O jornal Correio do Povo denunciou o ocorrido: “uma heresia: festa dos Navegantes sem melancia. Um hábito tão tradicional quanto a própria festa de Nossa Senhora dos Navegantes deverá acabar este ano” (ANJOS e ORO, 2009, p. 45-46). As disputas em torno da santa mobilizam tantas instâncias que desembocam até na tentativa de proibição do consumo de melancia nas imediações da igreja, sobre isso Anjos e Oro (2009) concluem:

Mesmo que a hierarquia católica tente impedir a presença ostensiva de melancias no espaço católico, os fiéis, mesmo católicos, consomem essa fruta, no recinto doméstico. E assim, a melancia, da cosmologia afro-religiosa torna-se desterritorializante para os religiosos devotos da Santa que se identificam como católicos (p. 46)

Entre as águas e melancias, lemanjá é disputada a partir de diversos elementos. A centralidade da fruta durante a festa dialoga com a importância do alimento nas religiões de matriz africana, pois para que os Orixás mantenham o axé, a força vital, a propulsão para continuarem agindo, é preciso alimentá-los, seja com rituais sacrificiais, seja com alimentos rituais. Cada divindade têm suas preferências, há de se respeitar seus gostos, os modos de preparo dos seus alimentos, o que é oferecido para um, pode ser o desgosto do outro. Contudo, “alimento”, segundo Corrêa (2005), deve ser entendido em um sentido mais amplo, pode se referir a comidas preparadas com diversos ingredientes como a feijoada, mas também pode fazer referência há ingredientes, óleos, bebidas, ervas, entre outros.

Sendo assim, no que tange a alimentação, o antropólogo Norton Corrêa, em seu artigo denominado *A cozinha é a base da religião: a culinária ritual no Batuque do Rio Grande do Sul* (2005), disserta sobre a importância da comida dentro do culto aos orixás a partir do contexto batuqueiro. Com a adaptação dos ingredientes e dos modos de preparo, se formou uma cozinha ritual própria:

Da contribuição indígena, Ogum apropriou-se do churrasco (e com farinha de mandioca, tal como é servido na mesa rio-grandense), sendo que a erva-mate é oferecida aos eguns. A 'batata-inglesa', popularizada pela colônia alemã, é uma das comidas preferidas do Bará, enquanto que Oxum gosta da italiana polenta. (2005, p. 73)

Nesse sentido, segundo a tradição do candomblé baiano, Ogum desceu à terra quando foi preparada a feijoada. No Rio Grande do Sul também se oferta feijoada para o Orixá, contudo, sob influência das populações ameríndias que povoam o território gaúcho,

ofereceu-se a Ogum carne assada na brasa e o Orixá gostou. Dessa forma, tornou-se tradição, em um contexto regional, se ofertar churrasco para a divindade. Já Bará consome batata, e é muito comum passar por encruzilhadas da cidade e avistar bandejas repletas desse alimento, muitas vezes, acompanhado também de milho ou pipocas.

Sendo assim, constata-se que nos terreiros afro-brasileiros há comida para os orixás, comidas para os humanos e comidas que todos compartilham. O alimento é indispensável aos humanos e às divindades, entretanto, a comida ritual, transcendendo as questões nutritivas, é envolvida por outros significados e magias. O bolo, a exemplo dos que a minha mãe fazia, e o refrigerante são elementos que compõem as festas e são oferecidos aos visitantes. Já o Acaçá ou àkàsà, por exemplo, é uma comida ritual tão sagrada, tão repleta de axé que, segundo tradições afro-religiosas, pode curar uma pessoa da morte. O acaçá é um alimento preparado com farinha de milho/canjica branca (usualmente denominada de farinha de acaçá) e enrolada na folha da bananeira e, segundo a tradição do Candomblé, tanto os orixás quanto as pessoas comem o alimento.

Por fim, a partir da Dracena, neste capítulo, discutiu-se acerca das trocas transatlânticas de plantas, artefatos e alimentos que nutrem os rituais afrodiaspóricos. Percorreu-se também a trajetória do obi entre o mercado e o terreiro, além de realizar a apresentação do Mercado, a partir da mobilização da bibliografia e de dados empíricos, enquanto local de iniciação, de divulgação e de aprendizado. Finalizo este capítulo destacando a agência das divindades sobre as compras: “Os próprios santos se distinguem e identificam por meio de suas preferências em matéria de consumo; pelas peculiaridades do gosto de cada um deles” (Vogel, Mello e Barros, 2007, p. 8). Cabe aos humanos percorrer o mercado procurando por produtos certos para agradar os orixás, cujas preferências envolvem as comidas, as bebidas, os aromas, as texturas, as ferramentas, os cheiros, as cores... Bará, Orixá dono do Mercado é a boca que tudo come e deve ser alimentado primeiro.

Exu come tudo e ganha o privilégio de comer primeiro

*Exu era filho caçula de Iemanjá e Orunmilá,
irmão de Ogum, Xangô e Oxóssi.*

*Exu comia de tudo
e sua fome era incontrolável.*

Comeu todos os animais da aldeia em que vivia.

Comeu os de quatro pés e comeu os de pena.

Comeu os cereais, as frutas, os inhames, as pimentas.

Bebeu toda a cerveja, toda a aguardente, todo o vinho.

Ingeriu todo o azeite de dendê e todos os obis.

Quanto mais comia, mais fome Exu sentia.

*Primeiro comeu tudo que mais gostava,
depois começou a devorar as árvores,
os pastos, e já ameaçava engolir o mar.*

*Furioso, Orunmilá compreendeu que Exu não pararia
e acabaria por comer até mesmo o Céu.
Orunmilá pediu a Ogum
que detivesse o irmão a todo custo.
Para preservar a Terra e os seres humanos e os próprios orixás.
Ogum teve que matar o próprio irmão.*

*A morte, entretanto, não aplacou a fome de Exu.
Mesmo depois de morto,
podia-se sentir sua presença devoradora,
sua fome sem tamanho.
Os pastos, os mares, os poucos animais que restavam,
todas as colheitas, até os peixes iam sendo consumidos.
Os homens não tinham mais o que comer
e todos os habitantes da aldeia adoeceram
e de fome, um a um, foram morrendo.
Um sacerdote da aldeia consultou o oráculo de Ifá
e alertou Orunmilá quanto ao maior dos riscos:
Exu, mesmo em espírito, estava pedindo sua atenção.
Era preciso aplacar a fome de Exu.
Exu queria comer.
Orunmilá obedeceu o oráculo e ordenou:
'Doravante, para que Exu não provoque mais catástrofes,
sempre que fizerem oferendas aos orixás
deverão em primeiro lugar servir comida a ele'.
Para haver paz e tranquilidade entre os homens, é preciso dar de comer a Exu,
em primeiro lugar.'"
(PRANDI, 2001, p. 45-46)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CATANDO FOLHAS NO MERCADO

Como descrito na introdução deste trabalho, de certa forma, o Mercado Público é um lugar familiar para mim, desde pequena frequento seguidamente o espaço e carrego muitas recordações associadas a ele. Contudo, a partir da miríade de espaços, bancas, produtos e interesses que, por um lado, se agregam ao compartilhar a mesma espacialidade, também se diferenciam à medida em que criam-se sociabilidades distintas associadas às subdivisões do espaço. Por exemplo, as pessoas frequentam o Mercado com interesses variados, há grupos que vão lá para frequentar os antigos restaurantes especializados em frutos do mar, há aqueles passam por dentro dele para cortar caminho entre as avenidas, há quem busque as lotéricas, as agropecuárias ou a barbearia, há também aqueles que se dirigem aos restaurantes mais populares, os que estão em busca de produtos religiosos, aqueles que rodam a encruzilhada em busca das moedas, etc. E a partir dessas diversas vinculações possíveis com o espaço, diferentes narrativas ganham força e “ir ao mercado”, ainda que produza convergências, também abarca experiências heterogêneas.

As minhas idas ao Mercado quando criança eram majoritariamente apressadas, comprávamos o que era preciso e já nos dirigíamos a outro destino. Ao longo do tempo minhas idas foram se alargando, comecei a frequentar restaurantes, que oferecem opções vegetarianas e veganas em seus cardápios a um preço acessível, essa agregação de interesse fez com que eu começasse a frequentar o Mercado em dias e horários diferentes. E ainda que eu conhecesse bastante o Mercado, ao longo do tempo fui percebendo que havia partes dele que eu desconhecia, seja espaços físicos ou a sua historicidade, por exemplo.

Pesquisar o Mercado e me vincular ainda mais a esse espaço que eu tenho tanto apreço, se justificou a partir do encontro com Bará, a partir de 2018 quando acompanhei a festa para a divindade, comecei a observar processos de reencantamento do espaço e a sua vinculação com memórias coletivas negras, a pesquisa se assentou assim. Desta forma, durante o trabalho de campo, apesar de estar em lugar familiar, eu estava interagindo com ele de maneiras que, muitas vezes, deixavam-me desconfortáveis. Estar parada realizando observações em meio à movimentação de muitas pessoas, me causava muita estranheza. A vinculação enquanto cliente começou dividir espaço com a vinculação enquanto pesquisadora, este processo foi vagaroso, tive que reposicionar o meu corpo e minha performance no espaço, levou algum tempo até eu conseguir apresentar a face pesquisadora para além da freguesa.

Este processo se tornou ainda mais vagaroso pois, durante o período da pesquisa fui diversas ao Mercado, os meus itinerários diários ou semanais de trabalho e lazer circundam o local, ainda que tenha ido muitas vezes ao local “só para pesquisar”, durante as observações eu acabava adquirindo uma coisinha ou outra: folhas de louro, velas, sementes, cereais, feijões, entre outros produtos, e durante as compras eu também estava atenta às interações e essas cenas também agregam os diários de campo e a pesquisa como um todo. Dessa forma, visualizo minha performance em campo como pesquisadora-cliente, engajada com a metodologia antropológica mas também agregando esses saberes e modos de agir anteriores à pesquisa.

Assim, a partir do cenário apresentado neste trabalho, ao longo dos meses fui catando folhas no Mercado - de acordo com Goldman (2005) o aprendizado no candomblé pode ser simbolicamente associado ao processo de catar folhas, o novato vai juntando conhecimentos que se apresentam diariamente no convívio do terreiro, até que, ao passar do tempo, esses conhecimentos adquirem certas densidades. Relacionando as contribuições de Goldman com esta pesquisa: a partir da sobreposição e da bricolagem de cenas cotidianas, mirando o sagrado, posteriormente se efetivou o momento etnográfico. Talvez ali no Mercado Público de Porto Alegre catar folhas pudesse ser pensado como catar moedas, pois a cada pessoa que cruzava com a encruzilhada e sobrepunha a ela um valor,

estava compondo coletivamente aquele assentamento que, seja qual for a origem, é compartilhado por muitas casas, famílias e pessoas.

Sendo assim, durante esta pesquisa investigou-se o sagrado e a memória que desabrocham no cotidiano do Mercado Público de Porto Alegre. Discorremos, ao longo do texto, acerca do antigo comércio de Quitandas, do histórico do Mercado edificado, do assentamento público e suas ritualizações, dos marcos de patrimonialização e das continuidades afrodiaspóricas associadas ao espaço.

Os mercados são pontos de convergência de interesses, produtos, relações, comunicações e são regidos Exu (ou Bará batuque gaúcho). A tradição Yorubá é reformulada em território brasileiro, em Porto Alegre/RS, assentado por pessoas escravizadas durante a construção do prédio ou por Príncipe Custódio no século XX, o fato é que, o assentamento da divindade no meio do Mercado potencializa a convergência sagrada do lugar e os elos dos afro-religiosos com ele.

Bará, orixá que usa vermelho, associado às chaves e aos caminhos, plantado em espaço público, acompanhou toda a historicidade do Mercado e da cidade como um todo. O prédio resistiu a incêndios, a enchentes, a projetos de demolição e a ameaças de privatização. Desde as pretas minas até os dias atuais, verificam-se continuidade nos conflitos que tange dentro-fora do Mercado.

Na encruzilhada, a morada de Bará é alimentada constantemente com saudações, moedas, balas, palavras e mais uma série de oferendas que circulam a partir do cruzeiro. Ademais, ritualizações um pouco mais robustas também são frequentes, como a festa do Bará realizada em junho, os rituais de bate folhas, os rituais de passeio, entre outras cerimônias e homenagens que envolvem o mosaico (marcação material que aponta publicamente para a presença da divindade). Além disso, o comércio afro-religioso mediado pelas floras do Mercado, movimentam trocas de produtos, conhecimentos e divulgações religiosas que tecem redes com os terreiros ou casas de religião seja do Batuque, da Quimbanda, da Umbanda ou do Candomblé.

Em conclusão, a partir das análises dos diários de campo e das entrevistas semiestruturadas realizadas com Silvia de Iemanjá, religiosa e comerciante, com Iara Rufino, dona da sorveteria Beijo Frio e única mercadeira negra do Mercado e com a Iyalorixá Vera Soares, mãe de santo e militante politicamente engajada, visualiza-se as interseções entre sagrado, memória e política. Pois, tanto o Mercado, como o centro da cidade são locais de disputa: as populações negras ocupavam as regiões centrais de Porto Alegre, até serem acometidas por processos racistas de gentrificação e higienização que ocasionaram o reassentamento dessas populações nas periferias da cidade. Desta forma, atualmente as batalhas por reterritorialização mesclam dimensões políticas e religiosas que agregam as dinâmicas de luta. As disputas envolvem articulações políticas, rituais,

patrimonialização, documentações, parcerias, entre outros movimentos, que reivindicam em sentido mais amplo, a manutenção da vida das populações negras gaúcha perante a um estado produtor de desigualdades.

Atualmente Bará é um elo central nos processos de reterritorialização das populações negras em nível regional e conforme apresentado ao longo do texto, o orixá Bará do Mercado, reelaborado em solo brasileiro, é reconhecido por autoridade africanas devido a sua importância nas continuidades afrodiaspóricas das tradições Yorubás. Bará e o panteão de orixás africanos cultuados em uma Porto Alegre do século XXI são (re)feitos junto com o Mercado e com a miríade de produtos, plantas e alimentos suscitados em suas ritualizações. O sagrado se espalha pelos quatro cantos do espaço, desde as vozes repetindo que o deus africano é o dono dali, até as marcações materiais, nem sempre diretamente visíveis, presentes no local.

*Os conhecimentos vagueiam mundo
para baixar no corpos e avivar os seres.
Os conhecimentos são como orixás,
forças cósmicas que montam nos suportes corporais,
que são feitos de cavalos de santo;
os saberes, uma vez incorporados,
narram o mundo através da poesia,
reinventando a vida enquanto possibilidade.
(Luiz Rufino)*

REFERÊNCIAS

ANJOS, J. C. G. D. No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira. 1a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues . Um povo nômade. DESIGUALDADE & DIVERSIDADE (PUCRJ) , v. 19, p. 8-36, 2020. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/50580/50580.PDFXXvmi=>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BARROS, J. F., & NAPOLEÃO, E. (2003). Ewé òrisà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé Jêje-Nagô (2a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BERNARDO, Anderson Kilpp. Do corpo à cidade: religião e territórios negros em porto alegre. **Ponto Urbe**, [S.L.], v. 2, n. 302, p. 1-13, 28 dez. 2022. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/pontourbe.13742>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/13742>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BONOMO, Juliana Resende. O Tabuleiro Afro-brasileiro: o abastecimento alimentar e a resistência das quitandeiras negras no Brasil do século XVIII. Anais Eletrônicos XXII do Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2014. Disponível em http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865_ARQUIVO_OTABULEIROAFROanpuhsantos.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. **A travessia atlântica de árvores sagradas: Estudos de Paisagens e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT**. 2012. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Usp, São Paulo, 2012. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-28082012-141548/publico/Dissertacao_PatriciaMarinho_2012.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

CORRÊA, Norton. **A cozinha é a base da religião: a culinária ritual no batuque do Rio Grande do Sul**. In: CANESQUI, Ana Maria (org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005, p.75.

DAMAS, André. **PRÁTICAS ALIMENTARES E RESISTÊNCIA DAS QUITANDEIRAS EM PORTO ALEGRE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX**. 2018. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Ufrgs, Porto Alegre, 2018. Disponível em

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182263/001076298.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. 2023.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória*. Releitura, Belo Horizonte, n. 23, 2008.

GIUMBELLI, Emerson; HEBERLE, Fernanda; KERBER, Mônica. *Religião, cidade e modernização: três casos distintos em Porto Alegre*. In: TAVARES, Fátima; GIUMBELLI, Emerson. *Religiões e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos*. Salvador: Aba Publicações, 2015. p. 01-463.

GOLDMAN, Márcio. *Formas do saber e modos do ser: multiplicidade e ontologia no candomblé*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 102-120, 2005

GOLDMAN, Marcio. *POR UMA TEORIA ETNOGRÁFICA DA (CONTRA)MESTIÇAGEM*. *Mana*, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 641-659, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p641>.

ORO, Ari; ANJOS, José C. dos; CUNHA, Mateus. (2007), *A tradição do Bará do Mercado*. Porto Alegre: PMPA/SMC.

PERNAMBUCO, Adalberto. (2019), "Da importância dos mercados para as religiões afro-brasileiras". *Debates do NER*, vol. 19, nº 35: 49-54.

PANTOJA, S. *Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, sécs XVIII-XIX*. 2004

PEREIRA, Rodrigo. *Nas margens do Atlântico: o comércio de produtos entre a África e o Brasil e sua relação com o candomblé*. *História Econômica & História de Empresas*, v.18, p.323 - 354, 2015

[file:///home/aluno/Downloads/411-Artigo-1725-2-10-20160524%20\(4\).pdf](file:///home/aluno/Downloads/411-Artigo-1725-2-10-20160524%20(4).pdf)

PÓLVORA, Jacqueline Britto. *A EXPERIÊNCIA DE ANTROPOLOGIA VISUAL EM UMA CASA DE BATUQUE EM PORTO ALEGRE*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 129-140, set. 1995.

PORTO ALEGRE, Achylles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás. 1a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUEIROZ, Vítor. Na rua, no meio do redemoinho: das mediações de Exu no espaço público à ação político-ritual em dois contextos afro-religiosos. **Religião & Sociedade**, v. 42, p. 127-152, 2022a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/HnD6FQVFJZGgxnKnFPmqF4z/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 mar. 2023.

RABELO, Miriam. Enredos, feitura e modos de cuidado: dimensões da vida e da convivência no candomblé. 1a. ed. Salvador: EDUFBA, 2014

RECHENBERG, F. O que a fotografia revela? Ética, imagem e memória em contextos afro-religiosos. GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 1, p. e185835, 2022. DOI: 10.11606/issn.2525-3123.gis.2022.185835. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/185835>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ROCHA, Ana (dir.). (2007), A Tradição do Bará do Mercado: os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre (DVD). Porto Alegre: PMPA/SMC.

ROMANO, Leonora. **Edifícios de Mercado Gaúchos: Uma Arquitetura dos Sentidos**. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Ufrgs, Porto Alegre, 2004. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6575/000443618.pdf?se>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. Economia e cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937 / Flávio Gonçalves dos Santos. – Ilhéus, BA : Editus, 2013. 342 p. : il. ; anexos.

SIQUEIRA, Paula; FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. Cadernos de Campo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263> Acesso em: 24 mar. 2023.

STRATHERN, Marilyn. (1999), “O Efeito Etnográfico”. In: M. Strathern. (2014), O Efeito Etnográfico. São Paulo: Cosac Naify.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4902691/mod_resource/content/1/O%20EFEITO%20ETNOGRAFICO.pdf

Tem Preto no Sul. (2018). Intérprete: Bruno Negrão e Cristal Rocha. Publicado no Canal Bruno Negrão, 12 nov. 2018. 1 vídeo (3min. 5s.). <https://www.youtube.com/watch?v=EhOIX8ppnIA>

T'ÒSÚN, B. M. Irín Tité: ferramentas sagradas dos orixás. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. Disponível em <https://docplayer.com.br/227614137-Irin-tite-ferramentas-sagradas-dos-orixas.html>. Acesso em 06 de abril de 2023..

VARGAS, Pedro Rubens Nei Ferreira. **O mercado central de Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro: uma relação patrimonial**. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Ufrgs, Porto Alegre, 2011. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29943/000777746.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. 2023.

VIEIRA, Daniele Machado. TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado) Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. **Galinha D'angola: Iniciação e Identidade na Cultura Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

Sites consultados

AGUIAR, Clara. **Tradicional "Bate Folhas da Virada" no Bará do Mercado Público começa nesta quarta-feira (28)**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/12/27/tradicional-bate-folhas-da-virada-no-bara-do-mercado-publico-comeca-nesta-quarta-feira-28>. Acesso em: 06 abr. 2023.

D'OSOGIYAN, Fernando. **PÈRÈGÚN- Nativo Orossi, Pau D'Água, Dracena ou Dracaena fragrans**. 2015. Disponível em: <https://ocandomble.com/2015/05/29/peregum-a-folha-ancestral/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IPHAN. Carijó - Herança do Conhecimento na Fabricação da Erva Mate. 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1008/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

LUIZ, Márcio. **Incêndio não destruiu acervo do Memorial do Mercado de Porto Alegre**. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/07/incendio-nao-destruiu-acervo-do-memorial-do-mercado-de-porto-alegre.html>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MACEDO, Carlos. **Memorial do Mercado Público foi inteiramente consumido pelo fogo**. 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/07/memorial-do-mercado-publico-foi-inteiramente-consumido-pelo-fogo-4192608.html>. Acesso em: 24 mar. 2023.

PINZON, Eduardo. **Dia de reabertura do Mercado Público: por que é relevante para crenças afro-brasileiras**. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/08/dia-de-reabertura-do-mercado-publico-por-que-e-relevante-para-crencas-afro-brasileiras-ckdkhpjhy0047013gntw7pqmj.html>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SILVA, Claiton. **Segundo andar do Mercado Público é liberado**. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/segundo-andar-do-mercado-publico-e-liberado>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SILVA, Marcelo Oliveira da. **Mosaico Bará do Mercado será inaugurado nesta quinta**. 2013. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_noticia=158258&MOSAICO+BARA+DO+MERCADO+SERA+INAUGURADO+NESTA+QUINTA. Acesso em: 24 mar. 2023.

TOMASI, Manoela. **Restaurantes do 2º andar do Mercado Público reabrem após nove anos**. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/restaurantes-do-2o-andar-do-mercado-publico-reabrem-apos-nove-anos>. Acesso em: 24 mar. 2023.

VARGAS, Pedro Rubens. **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Disponível em: <http://museudepercursodonegroempuertoalegre.blogspot.com/>. Acesso em: 24 mar. 2023.